AUDIÊNCIA PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 659/2017

22.08.2017

AUDIÊNCIA PÚBLICA

PL nº 659/2017

22.08.2017

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, entidades presentes, gostaria, em primeiro lugar, de fazer a abertura da audiência pública da Sabesp.

Esta audiência pública foi convocada por este presidente com a finalidade de discutir o Projeto de lei nº 659, de 2017, de autoria do governador, que dispõe sobre a reorganização societária da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, Sabesp, e dá outras providências.

Estão presentes nesta audiência o nobre secretário de estado de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, Benedito Braga; Jerson Kelman, diretor-presidente da Sabesp; e Karla Bertocco, subsecretária de Parcerias e Inovação.

Para dar início aos nossos trabalhos, precisamos estabelecer algumas regras. Como se trata de uma audiência pública, vamos liberar todos os assentos vagos no plenário aos inscritos, para o bom andamento da ordem.

Inicialmente falarão os Srs. Benedito Braga e Jerson Kelman, ambos com o tempo já pré-estabelecido de dez minutos. Em seguida, haverá a fala dos oradores das autoridades representativas, que devem se inscrever previamente em lista à disposição, que ficará ao lado esquerdo desta Mesa, no plenário. A referida lista estará à disposição até os 20 minutos da fala regimental dos senhores secretário e presidente da Sabesp, após, não serão permitidas novas inscrições.

Cada orador terá o tempo de cinco minutos, improrrogáveis. Após os senhores parlamentares se pronunciarem, conforme a lista de inscrição, o tempo também será de cinco minutos. Por último, gostaria de lembrar os oradores não parlamentares que eles assumem total responsabilidade civil e criminal por suas palavras, opiniões e atos.

Essa ressalva é necessária, uma vez que a Constituição garante imunidade aos parlamentares. Todos que não forem parlamentares e usarem a palavra devem se ater a isso.

Peço ao público presente, nas galerias, da maneira mais tranquila possível, que ouçam a opinião dos representantes parlamentares para levarem ao bom termo nessa audiência.

Assim sendo, passadas as regras de procedimento da condução desta audiência pública, passaremos, neste momento, a palavra ao Dr. Benedito Braga, secretário de estado de Saneamento do estado de São Paulo.

O SR. BENEDITO BRAGA - Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a todos. É um prazer muito grande estar aqui nesta audiência pública para discutir um tema de grande relevância para o estado de São Paulo: a questão da água, a questão da segurança hídrica e a questão da qualidade das nossas águas. São esses os temas que estão aqui neste projeto de lei.

Nós estamos tratando da quarta maior empresa de água e saneamento do mundo. A Sabesp é um exemplo para o mundo de empresa que é gerida com grande competência e eficiência. Hoje, ela opera em 367 municípios e é a maior companhia de água e saneamento das Américas. Atende 27,8 milhões de consumidores e tem, no seu corpo técnico, 14 mil funcionários.

Portanto, nós estamos falando de melhorar a condição de atendimento de uma companhia que desempenhou um papel fundamental na solução do grave problema da crise hídrica naqueles anos 2014/2015. Através da Sabesp, o governo de São Paulo pôde superar um dos maiores problemas que a região metropolitana já enfrentou na sua história. Estávamos lá no início de 2015 na iminência de uma catástrofe hídrica e, com grande competência, os técnicos da Sabesp conseguiram trabalhar, produzir e enfrentar, com grande sucesso, essa crise.

Hoje, nós estamos analisando esse Projeto de lei que visa fortalecer, ainda mais, essa companhia. A ideia desse projeto é uma capitalização para permitir a ampliação de investimentos pela Sabesp sem aumentar o seu endividamento. Com isso, nós vamos possibilitar uma aceleração da universalização dos serviços de, principalmente, coleta e tratamento de esgoto.

Nós, apesar de todos os investimentos já feitos - mais de 2,7 bilhões de reais investidos no projeto Tietê -, ainda enfrentamos situações de qualidade da água nos nossos rios urbanos muito importantes. Nós precisamos acelerar a limpeza dos nossos rios urbanos e a opção de endividamento da companhia não é boa.

Por isso, essa proposta da criação de uma holding em que nós vamos poder aportar capital privado para acelerar estes investimentos na área da coleta e do tratamento de esgoto. A criação desta holding não implica em aumento do envolvimento do capital privado. Nós, simplesmente, vamos ter mais capital privado, porém com controle acionário do governo. Quer dizer, o governo vai continuar sendo o controlador, tanto da holding quanto da Sabesp.

Portanto, já de início de discussão, fica muito claro que este projeto de lei não implica privatização de companhia nenhuma, não está se tratando disso. Está se tratando de trazer um aporte maior de capital, para que os músculos da Sabesp sejam fortalecidos.

Por que optamos "não" à privatização? Por que não queremos a privatização? Porque sendo a holding uma instituição controlada pelo Governo, nós vamos poder ter acesso a bancos multilaterais, com juros subsidiados, e vamos poder continuar tendo os contratos de programa, o que é muito vantajoso para a economia.

Então, nós estamos aqui com a presença do diretor-presidente da Sabesp, o Dr. Kelman, e com a secretária de inovações e parcerias do Governo do Estado, Karla Bertocco, que vão poder dar mais detalhes de como essa operação será executada.

Mas, de início, eu queria fazer essa introdução, quero dizer que esta é uma oportunidade, que temos, de trazer mais aportes de capital, trazer mais capacidade de investimento, para que possamos acelerar ao máximo esse nosso processo de limpeza dos nossos rios urbanos.

Uma outra vantagem da criação dessa holding é que nós vamos poder trazer, no âmbito do seu desenvolvimento, um setor importante no Saneamento Básico, que é a coleta e disposição de resíduos sólidos.

Eles poderão ter subsidiárias da holding, que poderão trabalhar em associação entre a Sabesp e outros parceiros, de qualquer tipo, para trabalhar a questão também relacionada ao Saneamento Básico, que é o resíduo sólido, que é a drenagem urbana e que é também a água de reuso.

Hoje, para fazer frente às mudanças climáticas, nós temos que usar a água de uma forma cada vez mais eficiente, e a água de reuso é uma opção bastante interessante, e através da holding nós poderemos ter também subsidiárias trabalhando nesse setor.

Dessa maneira, Sr. Presidente, eu vou então encerrar a minha introdução e passar a palavra ao Dr. Kelman, que terá informações mais precisas sobre os detalhes de como essa lei vai ser implementada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Antes porém, o nobre deputado José Zico Prado me pediu para que nós convidássemos duas outras pessoas para fazer a composição da Mesa. Então nós ficamos com dois falando favoravelmente e duas pessoas, que vão compor a Mesa também, que vão colocar a posição contrária.

Convido o Rene Vicente dos Santos, presidente do Sintaema, para fazer parte da nossa Mesa de autoridades. Gostaria também de convidar o Cid Barbosa Lima, conselheiro da AAPS, para fazer parte da Mesa.

Procederemos da mesma maneira que estamos fazendo com nossos convidados que falarão favoravelmente. Podemos alternar. Vou passar a palavra neste momento ao Rene, para que possa fazer também os dez minutos. Vamos abrir as considerações por dez minutos para quem está na Mesa.

Passo a palavra ao Rene para que possa falar por 10 minutos. Depois, damos continuidade aos trabalhos.

O SR. RENE VICENTE DOS SANTOS - Boa tarde, companheiros e companheiras. Estou vendo aqui vários trabalhadores e trabalhadoras da Sabesp presentes, diretores do Sintaema, os movimentos sociais, o Cid, que trabalhou conosco lá, que é um companheiro aposentado, mas está na luta ativa em defesa do saneamento público e de qualidade.

Agradeço a Mesa, o presidente Kelman, aqui presente, pela oportunidade de aprofundarmos esse debate. Isso é fundamental para nós, enquanto trabalhadores da Sabesp, mas também para a sociedade, que tem interesses diretos.

Como foi falado aqui, é a quarta maior empresa de saneamento da América Latina; é uma empresa que atua num mercado de 27 milhões de habitantes; tem uma importância fundamental na busca incessante da universalização do saneamento.

Sabemos muito bem que saneamento é saúde. Quando chegamos aqui por volta das 13 horas, estava com o Raimundo ali no outro plenário onde havia uma audiência do Sindsaude falando da importância do SUS - Sistema Único de Saúde.

A Sabesp tem uma interligação direta, porque para cada dólar investido em saneamento, economizam-se quatro em Saúde. Isso são dados da ONU. Então, o que está em jogo aqui é isso: a manutenção de um sistema público que atenda com eficácia, transparência e respeito à população do Estado.

Temos que lutar incessantemente por isso. A Sabesp, recentemente, passou por uma das maiores crises hídricas da história do nosso Estado. Conseguimos superar essa crise de maneira organizada, eficaz, com muitos problemas que tivemos, que detectamos muitas falhas.

Mas, a superação se deu pela empresa estatal e pela eficácia do conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras; do know-how e do conhecimento que esses trabalhadores agregam. Isso foi fundamental naquele momento. Isso deve ser preservado: uma empresa pública que atenda com qualidade e respeito à população, que leve saneamento e Saúde 24 horas por dia, com trabalhadores e trabalhadoras capacitados, treinados, prontos para darem uma resposta a qualquer intempérie que venha a ocorrer no sistema de abastecimento de nossa população de coleta e tratamento de esgoto.

Então, esse debate é importantíssimo, porque também faz parte desse debate o futuro do estado que queremos, a maneira como o estado intervém, como o estado vai agir. Porque saneamento é saúde, e é função do estado atender a população mais carente do estado.

A Sabesp tem uma função primordial. O debate sobre a tarifa, a tarifa social: todos esses debates têm que estar na Ordem do Dia. Nós estamos vivendo num País onde temos em torno de 20 milhões de desempregados. A grande maioria desses trabalhadores e trabalhadoras desempregados está em nosso Estado.

Se um trabalhador desempregado não tem condição de pagar a água, como é que fica? Tem que ser cortado? Nós temos que seguir a regra do mercado, mercadológica? Quem tem, paga; quem não tem, fica sem?

Não. Nós estamos falando de água. Estamos falando de vida. A população tem que ser abastecida. Temos que entender o momento por que o País passa. A empresa precisa dar uma resposta para todos os segmentos da população. Desde a indústria agropecuária até a população mais pobre, na periferia, tem que ser atendida, tem que ser olhada com carinho e respeito.

O que está em jogo hoje, companheiros e companheiras, é a questão do mercado versus estado. Infelizmente, há uma lógica prevalecendo na sociedade, pela qual o mercado se capitaliza e toma conta de todas as atividades. Nós temos de olhar isso com carinho porque a população trabalhadora será a mais prejudicada. O debate a ser feito é: que empresa queremos, de que maneira essa empresa vai atuar? E nós temos receio.

A Sabesp hoje detém 50,3% das ações, o que lhe dá o controle acionista. Essas ações serão repassadas a essa holding, que vai colocá-las no mercado para captar mais recursos.

Nós queremos uma empresa grande, sim, nós queremos uma empresa atuante, com mais trabalhadores contratados e menos terceirização de mão de obra. Mas para que a empresa fique forte, é necessário que o Estado se mostre eficiente, atuante, porque temos receio - com a criação dessa empresa - de perder o controle. Os acionistas detêm hoje 49% das ações e serão colocadas à disposição para a criação dessa holding 50,3% e disso a Sabesp vai manter o controle apenas das ações ordinárias.

Esses que estão chegando para investir na empresa vão olhar a água como outro produto qualquer que é oferecido na prateleira de um supermercado, sem ver a importância que ela tem para a vida, porque essa é a visão que o mercado impõe. Ou não é?! Esta é uma preocupação que nos inquieta, que inquieta as entidades de classe, os movimentos sociais e nós queremos aprofundar o debate. Nós somos contrários à criação dessa holding.

Nós achamos que a empresa tem de se fortalecer enquanto Estado para levar saneamento e saúde à população, mas esse viés que está tomando preocupa-nos muito. Preocupa-nos em relação à universalização do saneamento, preocupa-nos em relação à retenção de mão de obra.

Estamos vivendo um momento em que os trabalhadores sofrem um forte ataque.

Acabou de ser aprovada a reforma trabalhista, que visa precarizar as relações de trabalho, aumentar o poder do patrão sobre a classe trabalhadora.

A CLT foi alterada profundamente. Os trabalhadores não terão mais direito de mover ações judiciais. Terão de pagar pela sucumbência, pelos honorários periciais. Os sindicatos estão sendo esfacelados porque eles sabem que são o polo de resistência.

O projeto de terceirização aprovado pelo Governo ilegítimo de Michel Temer aprofunda ainda mais a terceirização. Vejam quantos terceirizados temos hoje na Sabesp!

Temos muitas reclamações devidamente feitas pelos usuários da Sabesp. Muitas não são causas dos trabalhadores. Nós vemos no dia a dia, companheiros fazendo serviços que a empreiteira fez uma, duas vezes. Na terceira, vai uma equipe técnica capacitada, como os trabalhadores da Sabesp que se fazem presentes, e dão uma solução, uma resposta com eficácia, com respaldo da população.

Essa terceirização em um ambiente permeável, como vai ficar? Em um ambiente de mercado onde o acionista olha e pensa "Poxa, estou gastando 25% com folha de pagamento se eu posso diminuir."

Vou dar um exemplo claro dessa desregulamentação do mercado de trabalho.

Em 2006, o gasto com mão de obra do setor da aviação era 16 por cento. Em 2016, gasta 9% com mão de obra. Eles estão querendo rebaixar e a reforma trabalhista vem para isso, para atacar o custo. E na Sabesp, como é que vai ficar? Nós queremos reter o conhecimento, nós queremos uma empresa atuante que leve saneamento e saúde à população, com mão de obra própria, com trabalhadores contratados através de concurso público.

Muito obrigado pela oportunidade e não à privatização. Água é vida.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o presidente da Sabesp, Jerson Kelman.

O SR. JERSON KELMAN - Presidente Cauê Macris, secretário Benedito Braga, secretária Karla Bertocco, cumprimento todos os deputados na pessoa do deputado Barros Munhoz, Rene, Cid, senhoras e senhoras, eu quero começar dizendo que na essência eu concordo com o Rene. Nós todos temos interesse que a Sabesp continue e melhore ainda mais, que seja uma empresa de altíssimo nível, talvez não só a quarta maior empresa do mundo em termos de consumidores, mas a melhor.

Nós queremos que a Sabesp fique cada vez melhor. Para quê? Para servir melhor a população. Não podemos perder de vista que o objetivo da Sabesp é servir à população. Temos muito o que fazer, porque ainda estamos longe da universalização. Olhando os cenários das 367 municipalidades servidas pela Sabesp, de uma forma esquemática, a grosso modo, nós temos nas cidades do interior, cidades de tamanho médio ou pequeno, situação praticamente análoga à da Europa. O que eu quero dizer com isso? Todos os

domicílios na área de serviço urbano - não nas fazendas remotas - possuem água, coleta de esgoto e esgoto tratado. É claro que existem exceções, mas no geral é isso.

Quando nós chegamos à região metropolitana, é longe disso. A situação da região metropolitana é sabida. Nós temos muitíssimo ainda a fazer. Primeiro, em termos de água. A água potável servida pela Sabesp não chega a todos ainda. Nós temos inúmeros assentamentos irregulares em que a população é servida por uma macarronada de tubulações que se espremem pelas vielas. A água é desperdiçada, porque está sempre vazando e as famílias sequer têm a cidadania associada com uma conta de água. Elas pagam pelo serviço porque alguém está operando uma bombinha, mas não têm o direito nem sequer de reclamar da Sabesp.

A primeira coisa é a cidadania. Todos que estão na nossa área de atuação devem ter direito de acesso à água potável e hoje nem todos têm na região metropolitana, nem também na Baixada Santista. No litoral, seja Baixada Santista, seja o litoral norte, ainda há muito a fazer em termos de suprimento de água, fornecimento de água potável. Elas têm fornecimento de água, mas como eu disse, vai para uma macarronada de tubulações de pequeno diâmetro vazando muita água, sem cidadania e sem garantia de qualidade.

Segundo: coleta de esgoto. Muito ainda para ser feito, tanto aqui na região metropolitana, quanto no litoral. Por fim, o tratamento. Não é por outra razão que nós temos ainda os rios muito poluídos. Aqui em São Paulo, nós temos uma situação que parte parece desenvolvida e parte ainda com muito a ser feito em investimentos. A Sabesp, graças à estrutura que foi construída na década de 90, é a mais eficiente empresa de saneamento do Brasil.

A Sabesp já tem 49% do seu capital em mão de minoritários nas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo e de Nova York. Graças a esse arranjo, ela é a mais eficiente empresa do Brasil. Por exemplo, em 2016, os jornais noticiaram com grande destaque que a Sabesp teve um lucro de quase 3 bilhões de reais, o que é verdade. Isso é mal? Não, isso é muito bom, porque esse dinheiro, o lucro de um ano, é o investimento dos anos subsequentes. Se a Sabesp não tivesse lucro, ela não poderia investir para atender a população.

O modelo da Sabesp é um modelo vitorioso, comparado com todas as demais empresas de saneamento do País, nas quais temos uma situação vexatória. Não é somente uma situação vexatória comparada aos Estados Unidos e com a Europa. Agora estou falando do País, e não da Sabesp. Nós temos uma situação vexatória no

saneamento quando nos comparamos com países com a renda "per capita" parecida com a nossa, ou seja, não com países de primeiro mundo, mas com países como o nosso. Eles têm, em média, um saneamento mais desenvolvido que o nosso. Nós temos que nos envergonhar disso e mudar.

Qual é o modelo vitorioso? É o da Sabesp. O modelo derrotado é o que tem quase todos os demais Estados. Em alguns casos, a empresa não tem receita suficiente sequer para cobrir os custos operacionais, quanto mais para fazer o que nós fazemos, que são investimentos, e investimentos sem recursos fiscais. A Sabesp não depende de nenhum centavo dos recursos do contribuinte, seja do contribuinte municipal, estadual ou federal.

Nós não recebemos dinheiro dado de governo nenhum. Tudo o que é construído para servir à população é feito com as contas de água pagas pelos consumidores. É um modelo vitorioso. Do que se trata agora? Estou há dois anos e meio na Sabesp. Irei falar agora sobre qual é a proposta. Estou há dois anos e meio na Sabesp e percebo que temos uma sobra de projetos a serem feitos em relação aos recursos disponíveis, de um lado. Ou seja, se tivéssemos mais recursos, poderíamos fazer mais, acelerar os investimentos para servir à população, na coleta de esgoto, para levar água às comunidades carentes e fazer tudo o que deve ser feito. É uma quantidade finita de recursos.

Se alguém chegasse, se o Papai Noel chegasse e nos desse dez bilhões de reais, nós poderíamos aceitar? Não, porque há um limite do que - com a nossa técnica e os nossos recursos humanos - poderíamos fazer. Isto é, não é infinito, mas é mais do que nós temos hoje. Se tivéssemos mais dinheiro, faríamos mais rápido.

Em segundo lugar, poderíamos fazer melhor. Nós somos uma estatal, o que significa vantagens e desvantagens, do ponto de vista de gerenciamento, de dirigir uma empresa. Já dirigi empresas estatais e privadas. Há vantagens e desvantagens. Quais são as vantagens de sermos uma empresa estatal? O secretário já apontou. São pelo menos duas, e elas são essenciais. São tão essenciais que - independente de ideologia e do que cada um pensa, se gosta ou não gosta de privatização - eu digo aqui, em claríssimas palavras, que não é viável privatizar a Sabesp, independe se quer ou não quer.

Há duas grandes razões para a Sabesp permanecer como uma empresa estatal. Estou repetindo o que o secretário disse. A primeira razão é que a Sabesp tem contratos de programa com os municípios. Como é concessionária de serviços públicos, ela vale pelos contratos que tem, e esses contratos pressupõem, legalmente, que ela seja uma

empresa estatal. Ela não pode deixar de ser uma estatal, senão perde esses contratos e perde valor. Os próprios acionistas e o Estado perderiam valor. Enfim, todos perdem com isso. Isso está fora de cogitação. Ninguém cogita isso, porque não é prático e seria errado.

A segunda razão é que, por sermos estatal, nós temos uma série de acessos. Como empresa estatal, nós temos acesso a financiamentos baratos. A Sabesp tem acesso a empréstimos no Banco Mundial. Não há dinheiro dado, mas há dinheiro emprestado do Banco Mundial, do BID, da Jica e de entidades multilaterais, que emprestam a juros baixos. Uma empresa privada não tem acesso a isso e paga juros muito mais altos.

Parte do sucesso da Sabesp é porque ela é estatal, mas é uma estatal com uma gestão moderna, profissional, que todo o mundo aprecia e quer imitar, porque somos bem-sucedidos. Falo isso com absoluta tranquilidade, porque não sou do corpo da Sabesp. Estou lá há dois anos e meio e, como eu disse, já dirigi muitas entidades, e vejo no corpo técnico da Sabesp um corpo de excepcional qualidade. É só constatar e ver que ela pode fazer mais.

Do que isso se trata? Hoje a Sabesp anda assim: ela tem o lucro de um ano, usando-o para fazer investimentos nos anos seguintes, pegando dinheiro emprestado. Darei o dado principal para os senhores e senhoras. Na década que vai de 2007 a 2016, o lucro acumulado da Sabesp foi de 11,7 bilhões de reais, dos quais 3,5 foram distribuídos como dividendos.

Não sei se sabem, mas vale a pena recordar que a lei determina que, no caso de uma empresa aberta, S.A., como é o caso da Sabesp, parte do lucro, uma parcela mínima, tem que ser distribuída compulsoriamente. São quase 30 por cento. Se for lucro, são 25 por cento. Na forma de juros sobre capital próprio - é um detalhe - chega a quase 30%, 29 por cento.

Então, esse dinheiro foi distribuído na quota mínima. O Governo do Estado, ao longo de todos esses anos - talvez com um ano de exceção -, tomou a atitude correta de determinar... O Governo do Estado é o controlador, é ele que decide. Ele decidiu que os acionistas, não só ele, que tem 50,3% das ações, mas também os minoritários, as pessoas que compram ações na Bolsa, que têm 49%, todos eles, o estado e os minoritários, teriam como dividendo o mínimo que a lei determina. Esse mínimo foi de 3,5.

E para onde foram os 8,2? Os 8,2 foram retidos na empresa para investimentos nos anos subsequentes. Durante a década, 8,2 bilhões do lucro foram investidos. Foi só isso que foi investido? Não, durante a década, foram investidos 21,3 bilhões. Deixe-me repetir: 8,2 bilhões foram investidos com o lucro retido e 13,1 foram investidos com financiamentos. Esse ritmo não é mais viável.

Como qualquer pessoa, qualquer família ou qualquer empresa, há um balanço, um equilíbrio entre quanto dinheiro se pode ter de empréstimo e quanto dinheiro tem que ser do acionista, do próprio dono. Você não pode ficar aumentando o seu cartão de crédito, entrar no cartão de crédito e ficar devendo tudo. Não dá, tem que haver um limite.

Vou tentar sintetizar o conceito aqui. O desafio é o seguinte: podemos continuar como estamos, e estamos bem. Podemos continuar andando como estamos - a Sabesp é uma boa empresa - ou podemos acelerar, no seguinte sentido: fazer mais e fazer melhor.

O que significa fazer mais? Qual é o desafio? É trazer mais dinheiro para a Sabesp investir mais. Mais dinheiro de quem? Do acionista e de empréstimos também. Como podemos trazer dinheiro do acionista? Em condições normais, você diz assim: “Vamos aumentar o capital da Sabesp”. Seria isso, aumentar o capital da Sabesp. Para que a Sabesp tivesse mais recursos dos acionistas, o estado, como detentor de 50,3% das ações, também teria que colocar dinheiro na Sabesp, ou então ficaria com menos de 50% da empresa. Se os acionistas colocassem mais dinheiro, o estado ficaria com menos de 50% e a empresa deixaria de ser estatal. Não é viável. Se o estado tivesse 80% das ações, por exemplo, isso seria possível.

Vou terminar dizendo o seguinte. Não dá para explicar agora, mas tenho vários slides que posso mostrar durante o debate. A proposta visa a atingir dois objetivos: fazer mais rápido e fazer melhor, sem que o estado perca o controle da empresa. Fazer mais, com mais recursos, sem que o estado perca o controle, continuando estatal, e fazer melhor, por meio de um contrato de gestão que dê liberdade à Sabesp para atender a uma série de necessidades, inclusive aquela que leio naquela faixa: “Concurso público já”. Isso será alcançado com o contrato de gestão, que está no projeto de lei.

Encerro por aqui, pois tenho certeza de que teremos a oportunidade, durante o debate, de esclarecer os detalhes.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Agradeço ao nosso presidente da Sabesp, Jerson Kelman.

Neste momento, gostaria de passar a palavra ao Cid Barbosa, conselheiro da Sabesp, lembrando que teremos a mesma tolerância dos quatro minutos também com o senhor.

O SR. CID BARBOSA - Na verdade, eu sou conselheiro da Associação dos Aposentados e Pensionistas da Sabesp. Quero cumprimentar todos os deputados e as deputadas, o presidente da Mesa. Cumprimento o Sr. Secretário e o Sr. Presidente da Sabesp, companheiros e companheiras que estão aqui, em defesa, realmente, de um bem público.

Acho que precisamos resgatar um pouco a memória e a história. Sem história, não se faz um país. Eu me recordo que, em 89, com o fim da Guerra Fria, estabeleceu-se uma reunião muito importante em Washington, onde vários ministros da Fazenda, de diferentes países, inúmeros países, tiraram um libelo que iria orientar todos os países, e daí para a frente, que era o Consenso de Washington que, nada mais, nada menos, era uma renovação do liberalismo, do chamado, então, neoliberalismo, e que deu origem a um processo internacional dentro do mundo capitalista, de privatizações.

Isso também veio ocorrer no Brasil. Na época, eu era diretor do Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo. Temos aqui o colega Danilo, representando o sindicato, e é diretor também. Na época, em 1998, pedimos uma audiência com o então governador Mário Covas, aliás, um grande governador, que investiu muito no saneamento, em particular na água.

Fomos eu e mais um diretor. Na hora surgiu um contratempo, não pôde nos receber e ele nos encaminhou, então, ao vice-governador e, na época, presidente do PED - Programa Estadual de Desestatização.

Desestatização é privatização. Recebidos que fomos, já fui indagando o Dr. Alckmin: “O Dr. Covas vai privatizar a Sabesp?” Eu era funcionário da Sabesp, ativo. O Dr. Alckmin disse que “o Dr. Covas não vai privatizar a Sabesp; fosse eu o governador”, até me espantou, “eu o faria”.

Pensei com os meus botões, como costuma dizer o Mino Carta, puxa vida, ainda bem que ele não é governador.

Por uma infelicidade, ocorreu o falecimento do Dr. Covas, e ele veio a ser o governador e, em 2002/2003, nós estávamos numa situação, a Sabesp, bastante difícil. O Dr. Telmo sabe muito bem do que estou falando. E era para investimentos imediatos, naquele momento, coisa que não foi feita.

Dez anos depois, ocorre a crise que todos nós vivenciamos, com a falta de água na Região Metropolitana de São Paulo, uma crise bastante grave, por falta exatamente de investimentos. Ocorre que, em 2003, ano em que deveriam começar os investimentos pesados na Sabesp, em captação de água, o governador Alckmin, que é o mesmo governador de hoje, preferiu pegar 49,7% das ações e dividir metade para a Bolsa de Nova York e metade para a Bolsa de São Paulo.

Como o mercado costuma entender que tudo que é passivo trabalhista atrapalha a valorização das ações, então, começou-se um trabalho de desestruturar o campo trabalhista na Sabesp. E aumentou bastante, como já disse o Dr. Jerson, a distribuição de dividendos. Houve um ano que ultrapassou até o valor normativo, orientador, de 30% dos acionistas, e o investimento ficou capenga na área da água. Por isso que, dez anos depois, nós sentimos aquilo que sentimos.

Jogar mais 25% de ações na Bolsa de Nova Iorque do que a Sabesp possui hoje vai elevar a quase 50% o capital de acionistas estrangeiros na Sabesp. Já sabemos o que vai ocorrer. A preocupação é o lucro.

Nós vimos, não só com a experiência em São Paulo, de 2003 até hoje, mas vimos a experiência na França, em várias cidades francesas, em especial, Paris, onde houve um processo chamado, ironicamente, de desestatização, revertendo o processo para as águas de Paris, que já não é mais privatizada. A mesma coisa ocorreu em Berlim, a mesma coisa ocorreu em Buenos Aires, a mesma coisa ocorreu em vários países, como na Bolívia, mais perto daqui.

Por quê? Para o capital privado não interessa o investimento, interessa o lucro imediato. Por que investir e só captar daqui a 20, 30 anos o retorno do capital? É complicado. Privatização do setor de água - desculpe-me, Sr. Secretário - é terrível. A água é um bem essencial. Água é vida, como diz a faixa. Nós não podemos brincar com a vida.

Já falou o meu companheiro Rene, do Sintaema, que, a cada dólar investido em saneamento, se economiza quatro dólares em Saúde Pública. É por isso que a nossa posição vai ser, efetivamente, de resistência total a esse Projeto nº 659.

Eu conclamo todos os deputados e todas as deputadas desta Casa a olhar com muito carinho esse projeto. Eu já li e reli esse projeto. A gestão passa para outra companhia, vai ter que dividir o lucro. Eu fiquei com uma série de dúvidas sobre esse projeto de lei. Se dividir o lucro, diminui o lucro para a Sabesp, diminui o lucro para a controladora. Como faz para manter o lucro ou tentar melhorá-lo? Seria o aumento das contas de água? A população vai ter que pagar mais uma vez isso? Essa preocupação me deixa mais que indignado, deixa-me angustiado.

Eu estive há pouco tempo internado por problemas no coração, por causa da pressão que a empresa fez em cima dos aposentados. Nós tínhamos três processos contra a Sabesprev e contra a Sabesp, dois sobre a Previdência e um sobre a questão da Saúde. Forçaram tanto a diretoria da Associação dos Aposentados que o presidente teve que colocar dois "stent", eu tive que colocar um "stent" e metade da diretoria da Associação foi para o hospital. A pressão foi tamanha que os diretores obrigavam os superintendentes a irem pressionar a nossa associação. Foi um negócio terrível, esmagador.

Por haver muita pressão, estávamos divididos. Tinha o pessoal aposentado G-0, o funcionalismo público. Esses serão os primeiros a serem prejudicados com esse projeto de lei. A folha vai diretamente para a Fazenda do Estado. Isso é gravíssimo. Não sei se o companheiro Rene está percebendo isso, mas os trabalhadores da ativa também vão sofrer demais.

Nós precisamos conversar. Faço um apelo para cada deputado. Eu me disponho a ir a cada gabinete para conversar, mostrar o projeto de lei, onde poderíamos modificar, tentar até evitar o pior, não só para os trabalhadores da Sabesp e para os aposentados da Sabesp. Preocupa-me, sim, mais a população do estado de São Paulo que vai pagar por esse processo de jogar ações no mercado, especialmente na Bolsa de Nova York. Não tem isso. Essa pressão que comentei com vocês, que nós sofremos, foi exatamente por isso, eles querem eliminar tudo o que é passivo. Passivo trabalhista então é prejuízo. Então tira todos os processos. Mas, não; nós vamos continuar entrando com o processo, e vamos continuar a nossa luta pari passu.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Agradecemos a participação do Cid Barbosa, conselheiro da Associação dos Aposentados da Sabesp.

Dando início à nossa lista de inscritos, daremos cinco minutos para que a Sra. Neusa Araújo Martins, assessora jurídica da Selur, utilize a palavra.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, as respostas serão dadas...

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - No final, para qualquer integrante da Mesa.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Obrigado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Presidente, tanto as sessões ordinárias como as audiências públicas normalmente estão sendo transmitidas pela rede. A informação que tenho é que essa audiência não está.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Estamos ao vivo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Aqui, na Casa, mas estou dizendo na rede, no Facebook, no site da Assembleia. A informação que tenho é que não está sendo transmitida.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - A assessoria de Comunicação nos diz que estamos ao vivo pela TV Assembleia, e vou pedir para que façam a transmissão nos outros canais também.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Obrigado.

A SRA. NEUSA ARAÚJO MARTINS - Boa tarde. Meu nome é Neusa. Represento o Selur, Sindicato das Empresas de Limpeza Urbana do Estado de São Paulo. Boa tarde à Mesa. O setor de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos vê essa monopolização do saneamento pelo Estado com muita apreensão. Não entendemos o caráter de urgência, e venho a esta Casa consignar nossa posição a respeito. O Escritório Souza e Muller Advogados Associados se manifesta no sentido de retirar a urgência e discutir o tema com mais moderação.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Agradecemos a participação da Neusa Araújo, e peço que Francisca Adalgisa da Silva, da Associação dos Profissionais Universitários, utilize a palavra por cinco minutos.

A SRA. FRANCISCA ADALGISA DA SILVA - Boa tarde a todos. Como representante dos profissionais universitários da Sabesp, surgem diversas questões com relação a esse projeto. Buscamos apoio para a leitura, porque é um tema de difícil entendimento, e aí até nos preocupa que se é um tema de difícil entendimento por que ele corre tão rápido, sem haver um tempo hábil para debate da sociedade. Nós compreendemos aqui, não fazemos nenhuma acusação de que haja má intenção do Governo em discutir tão rapidamente esse projeto. Mas na medida em que ele não corre com tempo hábil para debate, sempre surgem dúvidas com relação a suas intenções.

E a pergunta que queremos deixar é por que o Governo do Estado deseja sua rápida aprovação sem uma discussão mais aprofundada do tema? Até o momento, a tramitação desse projeto foi extremamente acelerada. Por um descuido regimental, não foi sua votação em plenário no dia 16.08, quer dizer, era para ter sido aprovado sem que houvesse, pelo menos, essa audiência pública para discuti-lo. E aí, como essa audiência foi anulada, tivemos margem para que se abrisse essa discussão na Casa para que houvesse a participação da sociedade.

Outra questão: por que uma empresa estadual pública superavitária, como foi apresentada aqui pelos nossos dirigentes, deve sofrer uma radical transformação de sua composição, de forma tão acelerada e sem um amplo conhecimento pela sociedade? E aqui fazemos a seguinte consideração: que não foram apontados, diante de todas as colocações que percebemos, quais são os montantes necessários, em termos de investimento, para acelerar o atendimento da população e a universalização. Tampouco percebemos, dentro dessa discussão, qual é o percentual das ações da Sabesp que serão disponibilizadas à venda para cobrir qual montante.

Então, eu preciso investir em Saneamento. Qual é o valor desse investimento e em qual período? Se eu preciso fazer o investimento nesse período, quantas ações eu preciso disponibilizar no mercado para fazer frente a essa nova demanda de

investimento? Eu acho que seria importante se isso chegasse ao nosso conhecimento, até para avaliarmos esse projeto com um pouco mais de carinho.

Outra questão: qual será o destino dos recursos auferidos pelo Estado com a venda das ações da nova empresa? Percebemos, nos termos da lei, como está escrito, que o Estado obterá os recursos necessários para aplicação nas finalidades públicas, objeto da empresa controladora e, também, de sua controladora, Sabesp. Porém, também no termo da lei, dentro da lei, está escrito que, contraditoriamente, se o Estado busca novos recursos para investir em Saneamento, não deveria ser admitida - porque isso está previsto na lei - a subscrição de ações por acionistas privados, por meio de conversão de dívida, conforme prevê o § 1º do Art. 5º, que é uma questão que colocamos aqui.

Se o Executivo estadual, de fato, prioriza atingir um padrão de universalização e excelência em serviço de Saneamento, tal qual alega o PL, nele deveria estar previsto que a arrecadação da venda das ações da futura empresa e dos dividendos gerados pela Sabesp deveria ser destinada a um fundo específico para Saneamento - seja o saneamento nos moldes básicos, água e esgoto, como também o saneamento básico previsto na 11.445.

Outra questão, que deixamos aqui: a gestão da Sabesp será priorizada? Todo o projeto de lei traz, em seu arcabouço, que a Sabesp não será privatizada, mas, dentro do projeto de lei, encontramos alguns itens que poderiam permitir o controle acionário da Sabesp. Seria mantido o controle acionário. Por meio de contratos, haveria direitos especiais para os acionistas minoritários. O que seriam esses direitos especiais? Por meio de contrato, eu poderia ceder setores da empresa à gestão privada, à gestão dos acionistas minoritários? Para nós, ficou uma margem de dúvida dentro do próprio PL.

No Art. 5º, o Estado é autorizado - e isso está dentro do PL - a alienar suas ações da sociedade controladora e, também, a renunciar ao exercício do direito de preferência nas subscrições de ações. Dessa forma, o PL nº 659, no nosso entendimento, permite, por via indireta, a perda do controle acionário da Sabesp. Então, também gostaríamos que pontos como esse ficassem mais esclarecidos, mantendo-se, assim, o Estado como majoritário na sociedade controladora, se forem agregadas outras empresas subsidiárias.

Por exemplo, empresas estatais de energia: uma parcela de ações da Sabesp poderá ser negociada, pois haverá sinergia - que é um termo utilizado no bojo do projeto -, em que o todo supera a soma das partes.

Ainda há outras questões, porque uma empresa vital para a política pública do Saneamento dos paulistanos deve ser entregue para a gestão privada. Dá-se a impressão de que é isso o que vai acontecer. Nós entendemos que a Sabesp precisa alavancar recursos. Ela precisa continuar crescendo. Ela é uma empresa essencial para o atendimento da população paulista, em termos de Saneamento. A nossa discussão e a nossa busca são para que essa empresa continue sendo uma empresa pública de qualidade, que atenda a suas demandas sociais com qualidade e com controle social. Essa é a nossa reivindicação.

Obrigada pela atenção de todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Agradecemos a palavra da Sra. Francisca.

Neste momento, gostaria de convidar o Henrique, da UNE e da UJS, para utilizar a palavra.

O SR. HENRIQUE DOMINGUES - Muito boa tarde a todos, presentes nesta importante audiência pública. Gostaria de saudar todos os agentes do movimento social, os deputados e as deputadas presentes e a Casa, pela organização desta importante atividade.

Há um ano, eu estive aqui, nesta mesma tribuna, na audiência pública que debateu sobre o Plano Estadual de Educação, que foi aprovado no ano passado. Eu tive a oportunidade de denunciar aquilo que vinha acontecendo no nosso País com o objetivo do impeachment da presidente Dilma Rousseff. E eu disse claramente que iríamos passar por uma encruzilhada onde o serviço público seria posto à prova em detrimento do serviço privado.

Hoje, um ano depois daquilo, o que podemos ver é um avanço contundente das políticas privatistas em todo o nosso País. Ontem mesmo, o presidente Michel Temer anunciou que quer privatizar a Eletrobrás. Um importante setor para a nossa economia, que é a produção energética, vai ficar nas mãos da iniciativa privada e à mercê da ganância dos empresários que só pensam em uma coisa - e sabemos muito bem -, que é o lucro e as suas contas bancárias.

No município de São Paulo - a principal capital do País - o prefeito João Doria, nos seus primeiros dias de mandato, anunciou a criação da Secretaria Municipal de

Desestatização e Parcerias. Recentemente, o povo paulistano se viu obrigado a ocupar a Câmara Municipal para tentar barrar o pacote de privatização então proposto pelo prefeito João Doria.

Tendo em vista o único objetivo - tanto em nível federal quanto em nível municipal - de entregar as riquezas do povo, aquelas riquezas que foram construídas ao longo de muitas décadas, até mesmo a Petrobras - fruto da luta do povo por soberania e por condição de decidir o que vai fazer com sua própria riqueza - está na mira dos privatistas.

Aqui no estado de São Paulo não é diferente. Hoje nós temos esse problema da Sabesp. Há dois anos nós tivemos o fechamento das escolas públicas, ao passo que escolas privadas são abertas. Mais de 2.000 escolas privadas foram abertas na ultima década. O que estão tentando fazer com a Sabesp é criminoso.

Eu gostaria de discordar - muito respeitosamente - do presidente da Sabesp, que disse aqui que a Sabesp é um exemplo vitorioso que nós temos ao comparar com o resto do País. Eu morava na região do Sacomã, no Jardim Maristela. No fundo da minha casa, passava um córrego a céu aberto, a minha casa fedia esgoto, Sr. Presidente. Não dá para um exemplo como esse ser considerado um exemplo vitorioso! (Palmas.)

Não dá para o principal estado da nação, que se orgulha de dizer isso por aí afora, não ter saneamento básico para os seus cidadãos - a plenitude do saneamento básico. Isso é falta de dignidade, é falta de interesse, é falta de vontade política do serviço público. Não é entregando na mão da iniciativa privada, que nós vamos conseguir reverter esse problema.

Existem duas maneiras que hoje estão sendo articuladas para a privatização de todo o nosso patrimônio, do patrimônio do povo.

Uma delas é essa que o prefeito João Doria representa: o marketing, a publicidade, a grande figura pública das privatizações, que viaja ao redor do mundo e ao redor do País para entregar as nossas estruturas públicas. Essa aí pelo menos ainda é pública.

Mas a outra é cruel, porque os governantes, interessados na privatização e interessados em atender aos interesses da iniciativa privada, vão destruindo, pouco a pouco, os serviços públicos para criar na população o sentimento de que o Governo não tem condições de administrar os nossos recursos. O que é uma grande falácia, uma grande mentira, porque sabemos muito bem, quando o Governo é bem intencionado,

quando há zelo pela coisa pública, os serviços públicos funcionam e atendem à população.

É isso que eles tentam fazer com as nossas universidades, tentando privatizá-las, tentando cobrar mensalidade de universidade pública porque dizem que o estado não tem condições de bancar. É isso que eles fazem no Metrô, deixam a Linha Amarela privatizada, moderna, e sucateiam as linhas públicas para tentar criar essa sensação na população. É o que eles fazem nas escolas. É o que eles estão fazendo em todos os cantos.

Se hoje o estado de São Paulo funciona, e se hoje os serviços públicos funcionam, é culpa do povo que trabalha, é culpa dos trabalhadores da Sabesp. É por isso que a Sabesp funciona, é por isso que as escolas e as universidades funcionam, porque os professores e os estudantes estão interessados em mantê-las funcionando. (Palmas.)

Para finalizar, eu gostaria de convidar a todos e todas aqui presentes e a todos aqueles que estão assistindo a essa audiência pública pela TV Alesp, a resistir à privatização, porque a estrutura pública é tudo que o povo tem e é a única chance de conseguirmos trazer um pouco de dignidade para o nosso povo - estamos juntos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Convido, neste momento, o Sr. Itamar Aparecido de Oliveira, para utilizar a tribuna por cinco minutos.

O SR. ITAMAR APARECIDO DE OLIVEIRA - Boa tarde a todos. Meu nome é Itamar Aparecido de Oliveira. Sou presidente da Apara, Associação de Profissionais das Agências Reguladoras do Estado de São Paulo. A Apara é uma entidade de classe que defende os seus associados, tem a missão de divulgar no Estado a importância da regulação nos serviços públicos, além de participar efetivamente exercendo o controle social sobre os atos regulatórios das agências.

Atualmente, a Apara é composta praticamente de funcionários da Arsesp, Agência Reguladora do Estado de São Paulo, ela regula energia e saneamento básico. É a Arsesp que, praticamente, permite que se fiscalize e que se regule que os investimentos, que o Sr. Jerson Kelman citou, sejam de fato realizados, não sejam desviados, enfim, que o comprometimento contratual seja, de fato, feito.

Então, é importante colocar que o saneamento opera num ambiente regulado. Existe um ente regulador responsável por garantir que os investimentos contratados sejam feitos. Esse ente hoje no Estado é a Arsesp. Só que a Arsesp hoje está extremamente fragilizada.

Quero apresentar aqui alguns problemas que o sistema regulatório no Estado tem e que de algum modo podem impactar na proposta da holding e entre outros.

Vou começar citando o problema das vacâncias existentes nos cargos diretivos da agência. Os diretores são indicados pelo governador, ou seja, é da competência dele. Infelizmente isso não ocorre como deveria.

Vou citar aqui alguns números para que vocês possam ter uma ideia do que estou dizendo: no setor de gás canalizado, por exemplo, há mais ou menos um ano e meio nós não temos indicação do Governo para a diretoria, e é o momento em que estamos revisando a tarifa da Comgás - sem diretor. De agosto a outubro de 2013, de maio a julho de 2015 as atividades da diretoria colegiada, que é o órgão decisório máximo da agência, ficaram paralisadas por falta de quórum. Apenas dois dos cinco diretores preenchiam os cargos. Ou seja, a agência paralisou as suas atividades. Desde 2013, também, o governador não indica um diretor presidente para a agência, sendo que é competência dele tal indicação. Isso fragiliza a agência. Esse cargo acaba sendo preenchido por critério de vacância, que não é a melhor alternativa.

No setor de saneamento, que é o que vamos abordar aqui, a agência ficou oito meses sem diretor indicado, num momento de crise hídrica, num momento que mais se precisava de uma regulação atuante, nós ficamos paralisados.

Outro problema existente é em relação à gestão de recursos humanos. A agência perde dia a dia o seu pessoal. Nós temos um índice de evasão na agência de 60 por cento; isso nos últimos sete anos. Sessenta por cento desses profissionais abandonam seus cargos. Abandonam porque não há uma política de Estado em relação a salário do ente, não há uma preocupação em fazer com que esse potencial que se cria na agência - porque é a agência que cria isso - permaneça lá. Isso vai para o mercado. Esses agentes formados pelo Estado migram para consultorias, migram para os prestadores que é quem tem o poder de capturar esse pessoal. Então, isso é um problema nosso também.

A Karla Bertocco, que já foi diretora da Artesp, foi presidente da Artesp, conhece bem essa situação. Ela sabe o que estou dizendo; nós conversamos sobre isso.

Há um concurso público aberto agora, mas, que na melhor das hipóteses, vai preencher só 50% das vagas iniciais previstas para a agência. Então, a agência hoje tem um problema sério para poder cumprir efetivamente as suas atribuições. Nós estamos sem reajuste salarial há quatro anos. Eis um dos motivos pela evasão; não há reajuste salarial mínimo. Isso compromete também o nosso poder.

Vejam, agora, como isso afeta o problema da holding. A revisão tarifária talvez seja o momento máximo da agência, em que ela tem de garantir os investimentos, para que a Sabesp cumpra as universalizações. Da última revisão - de 2012 a 2014 - para a atual, nós não temos nenhum funcionário que participou daquela e continua nessa. Há uma evasão total, o que é ruim. Fica comprometido, não há uma continuidade na metodologia. Não há como consolidar a experiência adquirida, porque esses profissionais vão para o mercado.

Além disso, se nós imaginarmos que, para os investidores, sobressaem a segurança jurídica e a estabilidade, nós deveríamos demonstrar que as decisões da agência têm um caráter técnico, que não há ingerência do Estado sobre elas. Mas isso não ocorre hoje, devido, justamente, a esses pontos que acabei de falar aqui.

Sem uma agência reguladora provida de estrutura e autonomia, que acompanhe as inovações do setor regulado, que forme e conserve profissionais, a capacidade de essa holding atrair recursos ou converter os recursos em universalizações e em bem estar para a população paulista fica comprometida. É preciso que vocês pensem nisso também. Eu gostaria de aproveitar este momento para fazer um questionamento: se, porventura, existem ações pensadas pelo governo para fortalecer a entidade reguladora, para que essa holding tenha o sucesso esperado, de fato. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Obrigado pela sua participação.

Tem a palavra o Sr. Carlos Alberto Oliveira Cardoso, presidente do Sindicato dos Urbanitários de Santos.

O SR. CARLOS ALBERTO OLIVEIRA CARDOSO - Boa tarde a todos. Quero saudar os deputados presentes e também o Rene, o Cid, o presidente Kelman e a Mesa. O Sindicato dos Urbanitários, a princípio, é contra esse projeto. O presidente Rene falou que água é vida, e entendemos da mesma forma. E quando se começa a

colocar numa balança aquilo que é primordial para o investidor, vemos que ele privilegia sempre o lucro, deixando de privilegiar a vida. Entendemos que o (Ininteligível.) é um dever do Estado; está na nossa Constituição.

O estado de São Paulo pouco faz investimento na nossa empresa, que é pujante, tem nome, tem funcionários capacitados e ótimos técnicos reconhecidos mundialmente. A empresa está do jeito como está desde 1974 por conta dessa força de trabalho que são os trabalhadores da Sabesp. Portanto, entendemos que o Estado tem que fazer investimento na nossa empresa. Nós vemos que os sindicatos e os trabalhadores não são contra o crescimento da empresa. Nós queremos, de todo nosso coração, que nossa empresa cresça o máximo que possamos fazê-la crescer, não somente em termos de tecnologia, mas também de fornecimento de água e esgoto, porque entendemos que a população brasileira precisa, cada vez mais, de serviços de qualidade.

Por conta das privatizações e de questões financeiras, isso fica em segundo plano. Portanto, nós queremos que nossa empresa cresça, mas com investimento público. Que cresça pensando que aquele cidadão que, hoje, pouco tem condição de arrumar um trabalho e de comprar uma cesta básica, tenha acesso a água e esgoto.

Quero plagiar uma fala sobre os nossos companheiros chineses, que estão crescendo da forma como estão; um país comunista. Mas privilegia o seu povo. Sou do Sindicato dos Urbanitários, que tem sua carta sindical na Baixada Santista, de Bertioga até o Vale do Ribeira. E representamos também os companheiros da energia. A CPFL - Companhia Piratininga de Força e Luz - foi vendida aos chineses.

Assim, ficamos nos perguntando o seguinte: nós, brasileiros, construímos a Eletropaulo, uma empresa pujante, de ótimo nível entre seus técnicos e trabalhadores, que fizeram a empresa crescer e virar motivo de orgulho, ela foi privatizada por razões que não entendemos - assim como o Banespa e outras empresas privatizadas nessa época, como a Telesp, que serviam ao bem público - e não vemos a população ser beneficiada.

Por isso, nós, o Sindicato dos Urbanitários, viemos aqui conclamar a todos que têm o poder da caneta e que podem fazer com que esse projeto caminhe, que ao menos discutam com a sociedade e com os trabalhadores. Esperamos poder ter inserções e algo a dizer para que esse projeto sirva, primeiro, a toda a população carente, àqueles que precisam de saneamento e que não têm condições de tê-lo. Segundo, que ele sirva a esse

corpo de trabalhadores, que muito se esforçou para que essa empresa chegasse ao nível que tem hoje.

Agradeço a todos. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Agradecemos sua presença e participação.

Neste momento, como não temos mais ninguém da sociedade civil inscrito, passaremos aos deputados inscritos.

Tem a palavra o nobre deputado Raul Marcelo, para falar por cinco minutos.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, eu fiz um apanhado de algumas coisas que me preocupam e que eu queria passar para o Sr. Kelman.

O senhor está à frente de uma das grandes empresas do Brasil e do mundo. Uma empresa que é muito importante para o nosso Estado. O mercado é muito bom para fazer sapato, boné, eletrodomésticos, mas algumas áreas estratégicas precisam da presença da sociedade, da presença do Estado para fazer a regulação e para fazer aquilo que é fundamental, os investimentos. São investimentos pesados, que têm um prazo grande de maturação e um prazo enorme de retorno. Demora-se muito tempo para que o retorno apareça.

A iniciativa privada não quer isso, ainda mais em um País como o nosso. O Governo dá 10% para quem empresta dinheiro para ele, é o título do tesouro direto. O gerente daqui do Bradesco, aqui embaixo, fala, se você disser que tem um milhão de reais para emprestar para o Governo, que o Governo te paga 10% no final do ano. Sem sair da poltrona.

Quando os cristãos antigos viram isso, eles se preocuparam tanto com a agiotagem que está até na Bíblia. Isso é usura na cara de pau. O Brasil, hoje, virou o País da usura. (Palmas.)

Ninguém vai investir, não tem essa conversa de que vão pintar de verde e azul, que vão colocar a bandeira dos Estados Unidos pendurada na Sabesp para encher de investimento. Não tem investimento. A turma vai pegar título de tesouro direto da União e acabou. Enquanto não mudarem esse ponto central do nosso País, o Brasil vai

continuar no atoleiro. Quem ganha dinheiro é o Bradesco, o Itaú, o Santander e as famílias bilionárias que são ligadas a esse pessoal.

Nós temos poupança interna, temos 700 bilhões nos fundos de pensão, 400 bilhões nas seguradoras, o Brasil tem dinheiro. É só questão de alocação, inclusive para viabilizar os investimentos de infraestrutura, sobretudo na área do saneamento. E o que o governo vai fazer? Como o Alckmin não quer brigar com a política econômica, não quer brigar com os donos do Santander ou do Itaú, ele vai pintar a Sabesp com a bandeira dos Estados Unidos para ver se cai um dinheirinho, um caraminguá dos americanos, um caraminguá dos japoneses, como o Serra fez. Esse é o ponto. (Palmas.)

A preocupação, Kelman, sendo bem concreto, é a seguinte: já vi deputado falando aqui na Assembleia que agora a Sabesp vai mexer com resíduos sólidos, que a holding vai ser boa e que vai pegar o lixo. Mas nem água ela está distribuindo.

O senhor sabe, Kelman, que nosso encanamento é enterrado. É do "tempo do Onça", como diz o pessoal do interior. Uma área tão estratégica deveria ser com galerias, como é na Europa, porque a água é um bem. Se você vai a Israel, vê o Exército inteiro cuidando da tubulação - e, aqui, a nossa tubulação é enterrada. É por isso que a perda é grande. A Sabesp fala que é 30%, mas tem gente que fala em 40 por cento. O dado concreto é que tubulação enterrada dá muita perda, porque tem fissura no encanamento e não tem como saber: enquanto não aflora a água, não fica sabendo.

Esse é o primeiro ponto. Só aí, olha quantos bilhões de investimentos nós temos necessidade para tirar a tubulação e colocá-la em galerias.

Tem outra área que me preocupa demais. Eu sou da região metropolitana de Sorocaba e lá nós temos a represa de Itupararanga que fornece água para a nossa região. Mairinque privatizou agora, então, não é mais Sabesp - vendeu para uma empresa particular. A Sabesp está querendo caminhar para isso também.

O ponto concreto é o seguinte: aqueles pontos vermelhos são uma tese de doutorado da UFSCar. Eles demonstram a degradação da represa que fornece água para a minha cidade, que tem 700 mil habitantes e mais a nossa região. Esses municípios que têm a Sabesp, não têm tratamento de esgoto. Eu quero fazer a lista da região metropolitana. Alumínio: tratamento de esgoto, zero. Araçariguama: zero. São Roque: Sabesp também é zero. Sarapuí: Sabesp, zero. Vargem Grande Paulista, que tem também afluentes de Itupararanga: 27% de tratamento de esgoto. Apiaí: 45% de

tratamento de esgoto. Barra do Chapéu: zero. Piedade coleta só 56% - nem coleta tem totalmente. É por isso que tem um processo de contaminação de Itupararanga.

Eu vi uma matéria da revista "Exame", que fez um balanço antes da crise. Esses dados que foram mostrados aqui são de depois da crise - eu acho que a situação até mudou. Em 2015, a revista "Exame" fez uma matéria olhando os sete anos para trás. Ela falou que o mínimo legal para a distribuição de lucro é de 25% - estava perto de 48 por cento. Então, os acionistas estavam ganhando mais do que a obrigação legal, enquanto não tinha investimento para fazer isso que é de fundamental importância: tirar o encanamento dos aterros - porque dá muita perda- e tratar o esgoto. É muito caro fazer captação de longas distâncias, como ficou comprovado agora quando faltou água em São Paulo. Nós temos vários reservatórios no estado de São Paulo. Se tratarmos o esgoto, nós temos condição de dar uma qualidade de vida em uma área que é estratégica.

A água é estratégica, assim como a energia. As áreas estratégicas têm que ser de responsabilidade do Estado. Eu já mandei vários requerimentos para Sua Senhoria na Sabesp em relação a esses temas, mas eu queria algumas respostas porque a população da região metropolitana de Sorocaba aguarda com muita expectativa.

É inadmissível nós mexermos com resíduos sólidos, com lixo, enquanto que o estado de São Paulo tem vários municípios que ainda não tratam sequer o esgoto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Marcos Martins.

O SR. MARCOS MARTINS - PT - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham pela TV Alesp, funcionárias e funcionários desta Casa, técnicos e pessoas que acompanham com muita preocupação esse projeto que, mesmo que não queiram dizer, no fundo é privatização.

Essa preocupação é porque está em jogo, primeiro, a água, que não pode ser mercadoria. É isso que está em jogo: tratando a água como se fosse mercadoria. Essa empresa já está com o nome meio parecido com New York. Significa que nós estamos acabando, ou pelo menos caminhando para acabar, com a soberania do País. Isso está se esparramando por todos os estados e cidades.

Isso que nós estamos vivendo aqui é a preocupação com essa privatização. No Rio de Janeiro venderam. Aqui é camuflado. É uma holding, o estado transfere as suas ações para uma empresa, que direta ou indiretamente já está privatizando.

Ainda temos vários lugares com falta de água. No momento, choveu muito lá em Osasco, a cidade onde eu moro. Lá falta água toda noite e a maioria dos tubos de água é de amianto, que é cancerígeno.

Estamos acompanhando no Supremo Tribunal Federal a luta pelo banimento desse produto cancerígeno. Lá no Supremo Tribunal Federal, amanhã, haverá uma nova audiência. Aqui nós temos uma quantidade grande de tubos que são de amianto, velhos, ultrapassados, que não suportam pressão.

Eles retiram a pressão da água, além do rodízio que é feito, para não estourar os tubos. Tenho dito isso aqui nesta tribuna mais de uma vez. Não trocam a rede. Em uma audiência pública com a presença do Gesner, ex-presidente, cobrei dele a troca das redes de água, que perdem de 30 a 35% da água.

Isso depois é cobrado da população. É transferida essa dívida. Esse gasto de desperdício da Sabesp vai para a população, a população é cobrada. Nós não podemos concordar com isso, porque vão aos poucos entregando o que é mais importante para a vida, por exemplo, a água agora.

O Transporte é importante, a Segurança Pública é importante, agora está aí a água. Temos problemas enormes com a Saúde Pública. Nós temos problemas enormes, e aos poucos as empresas vão privatizando, vão entrando no País e tomando conta.

Quantas empresas privadas estão nas áreas públicas da Saúde também? Não podemos concordar com isso. A população precisa ficar esperta. O que vai acontecer nessa onda de privatização, em que a população vai ter que comprar a água, e vai ser caro.

Os que não puderem comprar irão ficar sem água, por conta dessa universalização. Vejam o Tietê. Já fizemos audiência pública aqui em defesa do Rio Tietê e do Pinheiros, que são esgotos a céu aberto, e a Sabesp é a culpada disso.

A Sabesp é que faz essa tragédia. Ela é importante, muito importante, para não ser, de maneira camuflada, privatizada, entregue para empresas privadas como mercadoria. Não podemos concordar com isso.

Deixo aqui a minha solidariedade a todos que lutam pela vida, porque esse rumo é o rumo da morte.

Um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Geraldo Cruz.

O SR. GERALDO CRUZ - PT - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, trabalhadores das empresas ainda públicas, muito boa tarde. Quero usar esses cinco minutos para levantar aqui uns questionamentos.

Inicialmente, quero fazer uma pergunta ao presidente da Sabesp, que, acho, está na Sabesp há um ano e pouco, não é, presidente? Dois anos? Dois e meio. Pois é. É que, na verdade, nós já passamos por essa discussão em outros momentos, quando foram discutidas as mesmas questões hoje aqui colocadas, talvez mais ampliadas, de modo, novamente, às escuras.

De fato, se perguntar para qualquer um aqui, esse projeto apresentado deixa muitas dúvidas, e nem tempo para estudá-las há. A primeira coisa que quero perguntar ao secretário e ao presidente da Sabesp é: vocês se lembram do Decreto nº 58.107, de 2012?

Eu estava ouvindo o discurso do presidente da Sabesp e lembrei que me parece que do que ele falou tem muita coisa no decreto do governador, que estabelecia meta na universalização do serviço de água e esgoto da Sabesp no estado de São Paulo.

Estamos, basicamente, no final de 2017. Então, faltam três anos. No estado de São Paulo, se não me engano, tem 645 municípios. A Sabesp está atuando em apenas por volta de 300 municípios.

Como é que vai universalizar daqui a três anos? Como é que esses outros municípios entram no serviço se nem os municípios em que a Sabesp já está estão totalmente servidos com água? Como é que vocês vão fazer isso? Qual é o milagre?

Esse novo modelo terá uma rapidez tão grande que o que não fizeram durante esse período, de 2012 até 2017, vão fazer nos próximos três anos?

Gostaria de ouvir se vocês têm mesmo condição de responder isso. Segundo - eu acho que poderia vir como “primeiro”, pode organizar depois -: por que o projeto vem em Regime de Urgência, um projeto com tanta complexidade, como esse? Por que vocês querem que aprovemos em Regime de Urgência e vocês demoram tanto para aplicar a lei de atender a população?

O que o sistema de tratamento de esgoto - por exemplo, eu moro numa região no eixo da BR que tem seis municípios; dos seis, cinco são em área de manancial; dos cinco, quatro são 100% em área de manancial. O outro, no caso de Embu das Artes, tem 60% dentro da área de manancial.

A Sabesp, no seu plano de tratamento de esgoto, tem um espaço lá de tratamento que deve tratar 20% do esgoto do nosso município: apenas coleta 90% e tem 20% tratado. De que forma é tratado? Dá um probleminha lá na bomba que leva para Barueri. Onde está a coletora, lá, de tratamento? Na margem do Rio M'Boi Mirim, que vai para a Represa Guarapiranga. Aí, dá um probleminha lá na bomba, onde é que ele solta? No Rio M'Boi Mirim.

Segundo estudos da Sabesp, 35% da Represa Guarapiranga passam pelo Rio M'Boi Mirim. Aí, vocês falam que a Sabesp é a melhor empresa do Brasil. Mas, todos vão chegar aqui e mostrar que pagamos uma taxa de esgoto caríssima e, muitas vezes, jogamos o esgoto na porta da nossa própria casa, coletada pela Sabesp. A gente paga para jogar isso uns dez metros à frente. Você vai respirar isso todos os dias.

Então, por que numa discussão dessas nós não vamos discutir, por exemplo, se não viram o projeto em momento algum? Como é que fica então a questão do pagamento da água para os municípios que fornecem água? Por que não se cumpre a lei que já temos no Brasil, que é de compensação para os municípios? Qual é a discussão que a Sabesp está fazendo, por exemplo, no Rio São Lourenço, aonde vai se tirar a água daquela região? Que discussão foi feita com os municípios?

Enfim, vocês são tão competentes. Eu queria fazer um pedido aqui a vocês. Por que vocês gostam tanto de fazer mal ao povo? Põe a bola no chão aqui e vamos discutir e debater com a sociedade, com os trabalhadores. Qual é o melhor sistema? Ou vocês são tão inteligentes que o sistema já está pronto e querem que aprovemos o mais rápido possível, sem que se respeitem os 45 dias conforme tramitação para um projeto como este?

Sr. Presidente, deputado Cauê Macris, V. Exa. já foi líder do Governo nesta Casa. Seria um grande gesto de V. Exa. segurar um pouco mais. Vamos debater melhor o uso da água, vamos discutir o tratamento de esgoto no estado de São Paulo para não assinarmos no escuro. Isto é dar um cheque em branco para algo que não sabemos bem o que é. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Sr. Presidente, Sr. Secretário, Sr. Presidente da Sabesp, Cid, Rene, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários da Sabesp, público presente, do ponto de vista deles, parece que este projeto que o Governo manda para a Casa é um dos melhores do mundo.

Este projeto chegou à Casa em Regime de Urgência. Vocês sabem o que é regime de urgência? Significa não debater nas comissões porque lá vocês poderiam ver como cada deputado votaria no projeto, se estava claro para cada deputado o que significa este projeto para o povo do estado de São Paulo. Mas veio para a Casa em regime de urgência e só por isso eu desconfio do projeto. Mais ainda: houve um Congresso de Comissões que, graças ao presidente e ao nosso líder deputado Alencar Santana Braga, pudemos anular porque este projeto seria votado no Congresso de Comissões e na sessão plenária. Nós é que seguramos.

Se este projeto é bom, por que não debater lá no Iguatemi onde não há saneamento básico? Ou o governador do estado não quer fazer política na região? É porque este projeto não interessa à população do Iguatemi, muito menos aos funcionários da Sabesp.

Rene, o número de funcionários da Sabesp hoje não chega nem a um terço do que havia quando entrei na Casa. Está tudo terceirizado.

Quando há um vazamento, três, quatro empresas vão olhar: uma vai para verificar se está vazando mesmo, outra vai com a varinha para ver onde está o vazamento, outra abre o buraco, outra vem e fecha. Como o serviço não é feito corretamente, a Sabesp vem e faz melhor. (Palmas.) Os funcionários da Sabesp são responsáveis minimamente pela qualidade do serviço que a periferia está recebendo.

Nós sabemos como está o esgoto lá no fundão da zona leste. Não dá para respirar na favela do Colonial. Este projeto de lei vai resolver isso?

O senhor disse que é um projeto que vai arrecadar dinheiro. Para quê? Para investir lá? É isso que queremos saber. Isso não está claro no projeto. Não há nenhum artigo no projeto que faz com que a Sabesp, com o recurso que vai entrar com essa tal de holding, beneficie principalmente a nossa periferia. Esta é a questão colocada.

Nós conhecemos o serviço que é prestado na periferia. Quantos e quantos cidadãos ainda não têm água encanada! Quantos e quantos cidadãos nem sabem o que é esgoto? Vejam o Rio Aricanduva, no qual dizem que passou a linha tronco, mas de vez em quando, de vez em sempre, nós sabemos que a qualidade do Rio Aricanduva...

O deputado Pedro Kaká sabe do que eu estou falando. Está escrito que nós vamos resolver definitivamente esse processo? Não está. Como é que eu voto em um projeto de lei que não me dá clareza daquilo em que eu estou votando? Vai prestar um bom serviço para a população só confiando na palavra do presidente da Sabesp? Eu quero, presidente, que para nós fique claro que esses recursos que serão captados terão a finalidade social.

Não é para inventar, para dar lucro para aqueles que são os acionistas da Sabesp. Eu quero saber o que ele vai trazer de benefício para o povo, porque os deputados já falaram aqui que esses estão ganhando dinheiro acima do normal. Nós queremos dizer claramente para a nossa bancada e o nosso líder falará aqui qual vai ser a nossa posição diante disso, porque esse projeto chegou aqui com muita desconfiança nossa. Este projeto quase foi aprovado na calada da noite aqui no salão da Presidência desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra a nobre deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente, presidente da Sabesp, Sr. Jerson Kelman, secretário de Recursos Hídricos, representantes dos trabalhadores, o Sidney, o Rene, presidente do sindicato, funcionários, trabalhadores da Sabesp, representantes de entidades, na quarta-feira nós tivemos o Congresso de Comissões, na qual havia alguns deputados presentes, inclusive nós estávamos em três deputados do Partido dos Trabalhadores e conseguimos impedir que fosse aprovado naquele momento este projeto pelo Congresso de Comissões, como bem colocou o deputado Zico. Eu fiquei indignada, Sr. Presidente da Sabesp. Por que a pressa?

Eu quero saber e quero que o senhor me responda com todas as letras o que acontece com esse projeto, o que ele tem de diferente, para ser enviado a esta Casa e quererem que seja aprovado a toque de caixa. O que acontece no conteúdo deste projeto que nós ainda não conseguimos desvendar? Nós já debatemos sobre ele, inclusive hoje

com a nossa equipe técnica, com os nossos assessores técnicos. Debatemos, mas não conseguimos entender ainda porque o Governo está tendo tanta pressa em aprovar este projeto.

Não quero colocar desconfiança sobre ninguém, muito pelo contrário, só que projetos importantes que foram apresentados nesta Casa sempre tiveram a oportunidade da realização de dezenas de audiências públicas, de debates, não só aqui, mas muitos deles regionalizados, espalhados por vários pontos do interior. Este projeto da Sabesp teria que ser regionalizado, porque a Sabesp presta serviço na área de Saneamento Básico no interior e há cidades pequenininhas onde ela trabalha.

Eu moro no interior e vejo o que acontece. Há 20 anos que a Sabesp está lá e em uma morosidade, em muitas das vezes. Não cumpre aquilo que está no contrato original quando ela foi contratada. Esta empresa agora quer abrir seu capital, que colocar uma holding. Vocês não esclarecem. O projeto é obscuro. O projeto é omisso em diversos pontos. Eles não falam se as ações serão ordinárias, se elas serão ações preferenciais. Vocês vão criar uma empresa porque a Sabesp está esgotada, porque ela não pode mais vender ações, então precisam criar uma empresa para que ela faça a comercialização dessas ações, só que esta empresa terá liberdade.

Para ser privatizada, é um pulo. Para jogarmos essas ações na mão do capital privado, é um pulo. Não se assustem se isso acontecer, porque está no DNA do governo tucano a privatização neste Estado. Está no DNA. (Palmas.) Estamos há anos, nesta Assembleia, nos posicionando contrariamente à privatização, ao desmonte das estruturas do Estado e ao sucateamento das estruturas do Estado.

Nós resistimos, mas chega uma hora em que não temos votos suficientes para resistir. É por isso que a presença de vocês aqui é importantíssima. Nós também iremos resistir à aprovação desse projeto. O nosso líder, deputado Alencar Santana Braga, irá ocupar essa tribuna e irá dizer, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, aquilo que tem nos caracterizado na nossa força e na nossa luta em defesa dos trabalhadores, das empresas públicas e dos serviços do Estado, os quais devem ser prestados de forma competente e cada vez melhor para atender as demandas da população.

O Henrique assomar à tribuna, me sensibilizou e me emocionou, porque eu também já andei muito pelas periferias da Capital. Também fico igualmente indignada quando vejo - nos fundos dos bairros, nos núcleos das favelas e nas dezenas de

comunidades desta cidade - os córregos que correm a céu aberto, cujo fedor é insuportável. Nenhum ser humano merece morar em um lugar como esse.

A Sabesp trata apenas 55% dos mais de 90% do esgoto que ela deveria tratar. Agora ela quer abrir o capital. No plano de metas do governo Alckmin, consta que esse esgoto deveria ser tratado na sua integralidade. Estamos em meados de 2017. Hoje são exatamente 22 de agosto de 2017. Tenho muitas dúvidas se a Sabesp irá conseguir realizar essa universalização do tratamento do esgoto. O saneamento básico precisa ser universal na cidade de São Paulo e em todas as cidades em que ela está colocada.

Sr. Presidente, quero saber o seguinte: depois desse processo, se esse projeto for aprovado, o que irá acontecer com a Capital e com aqueles municípios onde a Sabesp está? Será que a iniciativa privada tem mais interesse de atribuir dividendos aos acionistas ou, de fato, promover o tratamento de esgoto que dá saúde e vida à população? (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Teonilio Barba.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, companheiros e companheiras, quero saudar o presidente Kelman e o secretário Benedito Braga. Quero saudar ainda o meu companheiro sindicalista Rene, o Sidney, da Associação, e o Platini, presidente do Sintius.

Companheiros e companheiras, o que estamos discutindo aqui é um projeto que transita por uma coisa que ainda não entendemos direito. Esta Casa tem 94 deputados, mas estão aqui, no máximo, uns 15 ou 18 deputados, somando nós da oposição mais quatro deputados e uma deputada. São, mais ou menos, 18 deputados, e a Mesa, para debater um projeto que é extremamente importante.

Apenas para dar um dado aos senhores, o interesse de Nova Iorque nesse projeto não é à toa. Quem cuida das águas, nos Estados Unidos das Américas, são as Forças Armadas. Não há nenhum departamento de governo. São as Forças Armadas que cuidam das águas americanas. Está previsto que, daqui a 30 ou 40 anos, poderemos ter uma guerra no mundo por conta de água.

Então, esse interesse em montar uma holding... E eu sei disso porque trabalhei em uma holding, embora fosse no setor privado. Na hora em que desmontaram a holding,

deu um rolo danado. E quem perde são sempre os trabalhadores. Trabalhei em uma holding chamada Autolatina, que fez a fusão de Volks e Ford. Ela fazia a gestão. Quando a holding acabou e as empresas se separaram, uma ficou com os produtos e a outra ficou com o dinheiro. Uma acusava a outra.

Essa holding, que será aprovada se esse projeto for aprovado nesta Casa... E se não houver muita mobilização de vocês, será aprovado, pois o governo tem 76 deputados. Esses deputados, porém, não sobem à tribuna para falar que defendem a privatização. Eles deveriam subir e falar que defendem a privatização, mas ficam todos caladinhos e depois, na hora, votam a favor do projeto de criação da holding. (Palmas.)

Além da bancada do PT, temos aqui os deputados Davi Zaia, Gileno Gomes, Pedro Kaká, Doutor Ulysses e Junior Aprillanti. Nós, da oposição, estamos aqui. A deputada Leci Brandão e os deputados Raul Marcelo e Carlos Giannazi fazem parte da oposição.

Leiam o projeto de lei. Se o que o presidente falou estivesse escrito... Ele diz que a criação da holding não leva a nenhum caminho no sentido da privatização da Sabesp. Então escrevam isso! Escrevam no projeto de lei que a Sabesp jamais será privatizada, que o estado vai manter os 50,3 por cento. (Palmas.) Aí muda o debate. Eu estava lendo o projeto agora e vi que nada disso está escrito. Inclusive, o Art. 6º envolve, exatamente, uma coisa chamada “desestatização”: sempre que entrarem mais acionistas para dentro da holding, será consultada a Lei de Desestatização.

Sr. Presidente, Sr. Secretário, se não é para privatizar, se é só para arrumar um jeito de a Sabesp ir ao mercado vender ações preferenciais ou ordinárias, ou lançar mais ações para captar recursos, sem ser privatizada, escrevam isso no projeto! Assim ficaria mais fácil de conduzirmos o debate.

Nós somos contra. Independentemente do que meu líder falar, eu sou contra. Não sou contra privatizações em geral; acho que, em relação a algumas coisas do país, não há problemas em discutirmos a privatização. Em relação a outras, porém, não dá. Discutir privatização da Saúde, da Educação, da Mobilidade Urbana, do Saneamento Básico, da Segurança Pública... Em relação a esses seis ou sete itens básicos, o estado deve ser modelo, o estado deve ser indutor. O estado deve preservá-los para a população mais carente.

Vejam bem a valorização na Bolsa de Nova Iorque: subiu 896 por cento. No Dow Jones, subiu 110 por cento. Por quê? Porque os caras têm interesse na água do mundo. Não é à toa.

Sr. Secretário, Sr. Presidente, se não é para privatizar, vamos escrever uma emenda de plenário dizendo que a Sabesp jamais será privatizada, pois o que está transitando aqui, na verdade, é o modelo tucano de privatização de todos os serviços básicos para a população mais carente deste País. (Palmas.)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO TATTO - PT - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos assiste, funcionários da Sabesp e povo em geral, em defesa da não venda, privatização da Sabesp, cumprimento toda a Mesa, representantes do Governo, da Sabesp e dos sindicatos.

Esses dados colocados aqui são muito importantes: o tanto que a Sabesp se valorizou, nos últimos seis ou sete anos, o tanto de dinheiro que foi arrecadado, a ponto de o Governo falar, em alto e bom som, que é uma empresa que deu certo, uma empresa que dá lucro, e cheio de elogios à empresa.

Vou na linha do que alguns companheiros colocaram aqui. Para quem deu certo, para quem está dando lucro, e quem está satisfeito com a Sabesp, tirando os acionistas, aqueles que receberam e estão ganhando mais dinheiro? E têm razão de ganhar, porque investiram. Errado foi quem cedeu 49% da Sabesp. Se a empresa dá lucro, por que não pode ficar, integralmente, 100% na mão do estado?

Essa é a visão tucana, que começou com Fernando Henrique, em nível nacional. Agora os tucanos estão dando apoio e sustentação para o golpista do Temer vender o resto do que há no Brasil, como, por exemplo, de vender, de privatizar o Aeroporto de Congonhas, que é lucrativo, que é tombado, um aeroporto que está dando certo. Outro exemplo é o prefeito da cidade de São Paulo, que quer entregar o patrimônio da população de São Paulo, como o Anhembi, o autódromo, os parques da cidade de São Paulo.

O Governo Alckmin, que foi o chefe da desestatização, agora como governador, vende uma empresa que dá certo, que dá lucro. Mas não faz o dever de casa, não atende a população, como deveria.

Moro entre a Represa Billings e a Guarapiranga, na região da Capela do Socorro, do M'Boi Mirim. As duas represas fazem divisa com Itapecerica da Serra, Embu das Artes, Embu-Guaçu, na região de São Lourenço. Acabamos de fazer uma audiência pública, e chegamos ao momento da revisão da Lei Específica da Guarapiranga; e em Itapecerica da Serra chegamos à conclusão - e o prefeito lá falando - de que, depois de sete ou oito anos da lei, a cidade de Itapecerica da Serra, com mais de 200 mil habitantes, não tem um metro cúbico de esgoto tratado.

Embu-Guaçu é a mesma coisa. A maior parte da região da Capela do Socorro, a região do Grajaú, de Parelheiros, tem coleta, mas não tem tratamento.

Chegamos ao ponto de a Sabesp ser a principal responsável pela poluição das represas. Nunca vi uma empresa que maltrata, que não cuida da sua matéria-prima, que é a água. Na Sabesp acontece isso.

Quando se elogia a questão da Sabesp, vá perguntar aos moradores da região do Grajaú, da Capela do Socorro, de Parelheiros e das cidades que são produtoras de água, 100% de mananciais, o que eles acham da Sabesp, qual a avaliação da Sabesp.

Quando chegamos a esses números grandes, que para os acionistas é interessante, para o Governo do Estado de São Paulo é interessante, mas não é interessante para aquela população que sofre o tempo todo, que ainda tem o seu esgoto jogado nas fossas, e muitas delas não têm água porque a Sabesp não faz o dever de casa. E falta água à noite.

Antes de imaginar que tem que captar mais dinheiro para jogar na mão de acionista - o lucro de 2016 diz tudo -, temos que pensar qual é a intenção do Governo em captar mais dinheiro. Não é para reinvestir em saneamento, em coleta e tratamento de esgoto. Parece-me que há uma intenção escusa, que é fazer caixa, fazer um montante para outros interesses do Governo do Estado, o interesse, inclusive, eleitoral do ano que vem. Não a esse projeto, em hipótese alguma. Vamos resistir até o fim.

Quero parabenizar o líder Alencar Santana Braga e a bancada do Partido dos Trabalhadores, porque, como já foi dito, esse projeto já era para ter entrado em pauta, discutido e votado semana passada, mas hoje estamos nesta audiência pública. Parabéns por ter marcado, Sr. Presidente. Percebemos o tanto de dúvidas e o tanto de

esclarecimentos que precisam ser feitos antes de colocar esse projeto em pauta. O melhor seria fazer outras audiências públicas, tirar o projeto de pauta, discuti-lo com a população, fazer discussões regionalizadas para realmente chegarmos a uma conclusão. Do jeito que está não dá para votar esse projeto, Sr. Presidente.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sobre a transmissão no Facebook, gostaria de saber se está ocorrendo ou não.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está acontecendo ao vivo no Facebook.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - A nossa assessoria nos informou que, de fato, está o presidente da Sabesp, mas ele está dando entrevista para outro programa, gravado, que é o "Por dentro da política". Sei que a Sabesp tem feito muita propaganda Brasil afora, mas gostaria que, neste momento, fosse respeitada a audiência. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Eu acabei de verificar no Facebook da Assembleia, nós estamos fazendo transmissão ao vivo. Mas vamos checar, de qualquer maneira.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Agora?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Eu tinha acabado de olhar. Está no Facebook ao vivo.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado José Américo.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - PT - Boa tarde a todos e a todas. Quero saudar o presidente Cauê Macris e os demais integrantes da Mesa. Alguns eu conheço de nome, outros não: presidente da Sabesp; meu velho amigo e companheiro, Cid Barbosa Lima Sobrinho, lutador do movimento sindical; deputados. Quero saudá-los.

Gostaria de começar por onde o deputado Enio Tatto conclui a sua fala. Nós estamos falando de um projeto de alta complexidade, de alto impacto e que, portanto, não cabe ser discutido e votado em Regime de Urgência. Minha primeira proposta é exatamente a do Enio, que é de suspender o Regime de Urgência para que possamos realizar novas audiências públicas como esta, discutir com a população, discutir com técnicos para entendermos esse projeto em toda sua complexidade, em todas as suas consequências. (Palmas.)

O projeto está pouco claro. Ele é claro em algumas coisas, que vai ser uma "holding", que vai ser constituída para alienar uma parte das ações preferenciais. Isso está claro, mas as consequências disso, para onde vai, não estão claras. Inclusive, a parte relativa ao funcionalismo da Sabesp, o que vai significar para o funcionário da Sabesp não está clara. Geralmente, em projetos em que essas coisas não estão claras sabemos a consequência: vai sobrar para alguém. Esse alguém, em geral, é o funcionalismo, é o público consumidor de serviço, no caso de água e de esgoto.

Vamos aos fatos, vamos ao projeto. Tem um problema gravíssimo com a Sabesp. Eu sou uma pessoa que tem a principal atuação na cidade de São Paulo, na Grande São Paulo, a Sabesp tem um problema gravíssimo. Eu fui convencido na última hora, em São Paulo, quando houve a discussão sobre a renovação da concessão com a cidade de São Paulo e a Sabesp, a concordar com a renovação da concessão. Defendi a criação de uma empresa municipal em São Paulo, deixar a Sabesp por conta do atendimento que ela tem na cidade de São Paulo, que é muito ruim.

Vemos uma empresa, presidente, que em alguns anos saiu do valor de três bilhões de reais para um de quase 24 bilhões, ou seja, cresceu do ponto de vista econômico/financeiro, cresceu no seu poderio como empresa, no seu domínio tecnológico, só que não resolveu os problemas elementares da sua finalidade como empresa. Por exemplo, o que o deputado Teonilio Barba colocou aqui agora há pouco, e que é o tratamento do esgoto na cidade de São Paulo.

Nos últimos sete anos, a data daquele decreto em que a Sabesp dizia que em 2020 iria universalizar o tratamento de água e esgoto, foram cinco por cento de esgoto a mais tratados. Saiu de 50% não tratado para 45. A Sabesp é a principal poluidora dos rios, riachos e córregos da cidade de São Paulo, para não falar de problemas como esse que o deputado Marcos Martins colocou aqui, um problema que ele focou muito bem, em Osasco, mas em várias regiões de São Paulo temos esse problema também.

E o deputado Marcos inclusive falava para nós, numa conversa nossa, que se formos a Osasco veremos ruas e mais ruas todas trincadas, o asfalto quebrado, devido aos canos frágeis de amianto, que, quando aumenta a pressão, volta e meia eles estouram. Então, temos uma canalização precária, um atendimento de água precário, e em São Paulo falta água em vários lugares, em vários momentos. Na Baixada Santista também.

O esgoto é jogado nos rios e a empresa, economicamente, digamos assim, teve um desenvolvimento, teve uma eficácia econômica, só que a Sabesp não foi criada para ter eficácia econômica. Ela foi criada para prover o estado de São Paulo de água e esgoto tratados. Foi criada para isso. A impressão que tenho, quando apresentam a ideia da holding, presidente, é que, mais uma vez, não é o problema de privatizar a empresa. Alguém falava isso hoje de manhã. Privatizar, dependendo de como for, pode ser até positivo. O problema é para qual motivo se vai fazer isso. Na verdade, estão privatizando o serviço, a obrigação da Sabesp de prover o Estado de água e esgoto tratado. A Sabesp está virando uma empresa privada, no fundo, ou semiprivada, ou semiestatal, e está transferindo para os privados a tarefa que ela tem de resolver o problema da água e do esgoto em São Paulo.

Então, fica aqui a nossa proposta de discutirmos mais, suspender o Regime de Urgência, porque esse projeto precisa ser mais bem compreendido e amarrado a obrigações que não tem. Não está claro para onde vão as coisas.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Feliciano Filho.

O SR. FELICIANO FILHO - PSC - Boa tarde a todos. Quero cumprimentar nosso presidente, deputado Cauê; cumprimentar Benedito Braga, e dizer que o governador acertou, porque pela primeira vez temos um técnico de altíssima competência nos Recursos Hídricos. Cumprimentar nosso presidente da Sabesp e os demais componentes da Mesa.

Ouvi atentamente todos os que falaram aqui na tribuna, e confesso que vou um pouco na mesma linha. Duvido que haja um deputado, aqui hoje, que esteja apto a votar esse projeto. Não estou dizendo que sou contra ou a favor do projeto. Temos algumas

restrições e muitas dúvidas, inclusive, dentro da bancada. Por quê? Porque não está claro.

Eu peço desculpas por ter chegado atrasado, mas, mesmo assim, acho que o que eu ouvi aqui já foi o suficiente para perceber que as dúvidas são muitas. Eu ouvi atentamente a palavra do deputado Enio Tatto e de todos que me antecederam.

Tudo tem um motivo. Para que vai ser criada essa holding? A holding, geralmente, é um guarda-chuva. Esse guarda-chuva abriga algumas outras empresas ou outros serviços que, de repente, por questões estatutárias, a Sabesp não alcança. Então, nós queremos saber não só o objetivo financeiro, de maximização de lucro para acionistas, mas também a questão social. A empresa é de cunho social. Então, eu acho que precisaria detalhar mais, deixar mais clara essa questão e falar desses aumentos de recursos e serviços, oriundos desse guarda-chuva.

É necessário fazer uma comparação, vendo qual alavancagem ela tem hoje e qual será a projeção dessa alavancagem para lá. Qual é o fluxo de caixa hoje - se é de dois, se é de quatro para um, em relação à dívida, se vai para seis ou oito, se vai se manter em dois ou dois e meio? Nós não sabemos. Não temos informação nenhuma sobre isso.

Nós sabemos que os governos passam, mas a sociedade fica. Então, precisamos ter muita responsabilidade com isso. Daqui a pouco, o governo sai. Entra outro governo, mas a sociedade fica. As empresas ficam. Então, o cuidado tem que ser redobrado. Pode-se atender uma questão emergencial.

Uma vez, eu tive um problema com uma companhia de energia elétrica, uma concessionária, que não estava atendendo de jeito nenhum. Apagava a luz. Não vou dizer, aqui, por questão ética, qual companhia era. Simplesmente, atende-se uma ligação e ninguém assume responsabilidade nenhuma. Havia pessoa doente. Na geladeira, acabam vencendo e perdendo efeito os remédios.

Chamei o diretor institucional para conversar. Ele veio com dois engenheiros, para explicar toda a questão técnica. Depois que ele acabou de explicar a questão técnica, perguntou: “Satisfeito, deputado?” Eu falei: “Não, o senhor me desculpe, mas o tempo que está demorando a ser atendida a sociedade é porque vocês estão maximizando lucro para acionista e deixando a sociedade à mercê disso. É só dobrar o número de equipes nas ruas que, com certeza, vai atender a contento. Mas, não!”

Eu não sou contra nada. Essa questão mista, de iniciativa privada com serviço social, tem dado muito certo, até, em muitos países, mas não está muito claro como vai

ser feito isso. Vai ter trava? Vai ter algum ponto de inflexão, para sabermos onde vai ser o retorno e até onde vão se atender essas outras demandas que os deputados que me antecederam mencionaram?

Eu também lamento muito que o Governo tenha vindo com muita rapidez. O tratamento não é igual quando é projeto de deputado. Eu tinha um projeto e todos, aqui, o aprovaram por unanimidade. Desde 2012, estamos discutindo o projeto. Por que tanta pressa, se projeto de deputado vai para a ATL e, na ATL, há aquela discussão. Pergunta-se para todo mundo. Depois que se conversou com todos os maiores técnicos jurídicos de todas as áreas possíveis e cabíveis, ainda há uma ideia de alguém, lá.

Aqui, nós temos que fazer a mesma coisa. A recíproca é verdadeira. Nós temos que ouvir, também, toda a sociedade e os deputados têm que debater. Eu percebi que nenhum deputado, aqui, tem consciência geral e total do projeto. Andei conversando com deputados, individualmente, e não há isso.

Não estou contra o projeto. A bancada do PSC não está contra o projeto. Estamos contra a velocidade que estão querendo imprimir para aprovar o projeto. Aí, sim, nós estamos contra. Nós queremos mais informação. Eu, particularmente, não recebi no meu gabinete nenhuma informação da Sabesp sobre isso, para saber como vai ser e como não vai ser. Eu, como sou economista, sou da área mais técnica, financeira e tributária. Gostaria de ter essas comparações de produtividade marginal. Também, há a questão de que estão falando, da rotatividade de 60% no poder público.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, público, telespectadores da TV Assembleia, trabalhadores da Sabesp aqui presentes, boa tarde.

Sr. Presidente, eu não vou repetir os argumentos, tanto dos trabalhadores da Sabesp como dos deputados, em relação à confusão e à dificuldade de compreensão de um projeto que está claro para todos nós que tem um viés privatista e faz parte do plano do governador Geraldo Alckmin de cumprir as suas metas fiscais, de gerar lucro para o Tesouro e desvirtuar a origem de uma empresa que está sendo desvirtuada há tempos.

Esse quadro ficou muito crítico na seca, na falta de água, que ainda permanece na maioria dos bairros da periferia de São Paulo e em torno de São Paulo. Quero levantar algumas questões, Sr. Presidente, para fortalecer o pedido que o deputado José Américo fez, e agora o Feliciano Junior e os outros que falaram, que não é possível votar esse projeto a toque de caixa.

A Sabesp capta 95% do esgoto da capital de São Paulo e trata apenas 55 por cento. O governador Geraldo Alckmin, por decreto, estabeleceu a meta para universalizar o Saneamento em São Paulo em 2020 e eu queria saber: cadê esse plano, como acompanhamos a execução disso? Não existe e não vai cumprir até 2020. O plano de expansão de tratamento de esgoto é quase nulo aqui na capital. Em sete anos, de 50% foi para 55 por cento.

Tem mais vários no interior também, bem lembrado pelo deputado Marcos Martins. São vários pontos concretos que interditam qualquer possibilidade de discutir e aprovar o projeto como está.

O sr. presidente da Sabesp falou que ela é uma das maiores empresas do Brasil e uma das maiores empresas do mundo. Como é difícil compreender essa lógica! Como uma empresa que deixa faltar água, uma empresa que polui as principais fontes de abastecimento de São Paulo, como uma empresa que desconstrói uma categoria e uma carreira - e tem a finalidade de gerar água, tratar esgoto, produzir água para as pessoas - pode ser considerada uma das maiores empresas do Brasil e do mundo?

É obvio, nessa lógica neoliberal e cruel de geração exacerbada de lucro com desvio de finalidade, talvez seja. Na lógica natural dela, de atendimento ao povo, não. Sabemos que o que mais gera enfermidades crônicas e leva pessoas à morte, é a ausência de saneamento. Portanto, a Sabesp - não bastasse não cumprir o seu papel - ela é uma assassina também. Porque ela deixa de promover Saneamento básico, ela deixa as pessoas sem abastecimento de água, ela gera confusão e desconforto social.

Portanto, Sr. Presidente, o que eu queria tratar aqui é o seguinte: é mais com vocês, movimento estudantil, trabalhadores, sindicatos ligados à Sabesp e à agência, deputados de oposição. Nós temos que organizar uma verdadeira trincheira a partir de agora.

Vamos para a vida real, qual é a vida real? O Governo faz uma audiência. Quando eles cedem, cederam graças ao trabalho da Oposição e dos trabalhadores. Quando eles

cedem e fazem uma audiência, imediatamente eles fazem a audiência e já querem aprovar. Cabe a nós não nos contentarmos com isso, porque é um absurdo isso!

Isso aqui não é uma esmola, audiência pública não é para livrar a consciência, para todo mundo dormir em paz. "Ah, eu tive direito de ir lá e falar que eu era contra a privatização da Sabesp". Não, uma audiência pública séria, você baliza. Mas vai da sensibilidade do presidente, ele balizar isso aqui. Acha que tem condição de votar um monstrengo desse aqui na Assembleia e que a maioria dos deputados não sabe o que está votando? (Palmas.)

O que se trata aqui é guerra de guerrilha contra a privatização do pouco que sobrou no estado de São Paulo. Sr. Geraldo Alckmin, talvez, muito contaminado pela sua criatura, pelo monstro que ele criou chamado João Doria, corre atrás do prejuízo agora para tentar cumprir meta fiscal e privatizar um pouco do que tem.

É óbvio que ele ficou traumatizado. Em 2006, ele perdeu a eleição para o Lula, no segundo turno, porque o Lula cravou nele que ele era um privatista. Agora ele inventou o modelo holding para privatizar a Sabesp e fugir da marca de privatista porque ele ficou assustado; ele é um pouco traumatizado. E tem um duplo trauma agora que é o outro que fica acelerando ele. Acelera, acelera, para o precipício; é óbvio! É óbvio que o João Doria vai empurrar ele para o precipício.

Sr. Presidente, aqui vai o meu compromisso. É guerra contra esse projeto. E V. Exa. vai ser mais exposto do que o Geraldo Alckmin, e do que o presidente da Sabesp, se for avalista desse golpe nos trabalhadores e no povo de São Paulo. É necessário retirar da pauta. É necessário retirar urgentemente, fazer tramitação normal, mais seminário, mais compreensão, aceitar emendas, do que alterar o referido projeto. Do contrário, nós temos que fazer uma guerra e provocar cada deputado, porque, com todo o respeito aos meus colegas deputados desta Casa, se perguntar para o Plenário, pelo menos 90% da Casa não sabe do que se trata e pode ser que vote sem saber.

Então, nós vamos alertá-los pelas redes sociais, montar lista de deputado, quem é a favor e quem é contra e impedir; é possível. A audiência pública hoje acumulou força para impedir a votação a toque de caixa nesse golpe que o Geraldo Alckmin quer dar no povo de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Alesp, trabalhadores da Sabesp, de outros setores, movimentos populares, setores da juventude, da central de movimentos, da CMP, cumprimentar também a todos os integrantes da Mesa, secretário, presidente da Sabesp, presidente do sindicato, da associação e também a Karla Bertocco, enfim, todos aqueles que nos acompanham, a vontade de privatizar do governador não é só a Sabesp. Tem também a Linha 5 e a Linha 17 do Metrô, tem a Cesp, que é a companhia de energia, tem o ginásio do Ibirapuera, que fica aqui ao lado, que também já tem um edital para poder contratar uma empresa para fazer o modelo dessa concessão. E esse modelo não é sozinho. Esse é o modelo do presidente do Alckmin. Quem sustentou o Temer? Temos que dizer aqui claramente que foi o governador Geraldo Alckmin. Foi o afilhado João Doria, que também o presidente Temer anunciou - o golpista - vamos fazer a entrega também da Eletrobrás. Ou seja, para deixar o patrimônio público na mão de outros, do capital, de preferência, nessa lógica dele, o capital estrangeiro, e nada daquilo que é do nosso interesse ficar de fato conosco.

Sr. Presidente, deputado Barros Munhoz, líder do Governo, salvo engano, esse é o segundo projeto do Governo que pode ser aprovado nesse prazo tão curto. Ele entrou no dia 1º, no primeiro dia que podia ter um protocolo aqui na Casa no segundo semestre. Na semana passada, já queriam ter aprovado no Congresso de Comissões atropelando tudo. Passa pelas comissões de Finanças, Infraestrutura, Justiça e já queriam ter aprovado o projeto. Ainda passaram rindo dos deputados. Quem acompanhou sabe que foi como se dissessem “nós vamos aprovar e pronto”. Foi mais ou menos isso. Só que tiveram que recuar no dia seguinte; tiveram que voltar.

Mais uma vez quero aqui em público dizer que o presidente tomou essa decisão, mas com certeza quem está de olho na Sabesp ficou com medo de ter um projeto como esse, que avançasse com uma tremenda ilegalidade cometida no seu procedimento de aprovação dos pareceres.

Sr. Presidente, agora é possível fazermos mais debates, é possível ponderar. Se nós estamos dizendo aqui do interesse da Sabesp pelo saneamento, poderíamos colocar, textualmente, que a meta vai ser cumprida. Aliás, eu faço uma pergunta aos senhores e às senhoras, do presidente da Sabesp à senhora Karla Bertocco, bem como ao presidente

Cauê Macris e ao secretário. Vocês confiam no governador Geraldo Alckmin? Acredito que sim; afinal, estão trabalhando com ele.

Quero mostrar, na tela, o Decreto nº 58.107, de 2012. Nesse decreto, o governador Geraldo Alckmin estabelece as metas do Governo de São Paulo até 2020. Universalizar o saneamento até 2020: 100% da água, 100% de coleta, 100% de tratamento de esgoto. Está lá, e é do próprio governador. Pelo andar da carruagem, essa meta está longe. Qual o pedido? Temos emenda no sentido de que isso esteja no texto da lei. Se o compromisso dessa nova empresa é o saneamento público, que esteja lá textualmente. Não pode haver meta aberta. Vai universalizar, vai fazer isso e aquilo, mas sem estar no próprio decreto do governador...

Por que é importante estar na lei? Porque o decreto pode ser alterado a qualquer momento. Se os senhores e senhoras confiam no governador, peço que atendam à nossa emenda. Vamos colocar textualmente. A Fazenda Pública ficou, ano passado, com seus dividendos em torno de 700 milhões. Poderia ter reinvestido isso na própria Sabesp. Em vez de a Fazenda ter ficado com o lucro de um bilhão e meio, poderiam ter colocado tudo na Sabesp. Se a prioridade é o saneamento público, o esgoto, a água, o tratamento, o próprio Governo poderia colocar isso, incentivando que os privados assim fizessem.

Peço que exibam, na tela, o texto do Projeto de lei nº 659, por favor. Vejamos, no Art. 2º, inciso V, quais são os objetivos dessa empresa: "explorar outras oportunidades de negócios dentro ou fora do Estado de São Paulo, correlacionadas com o setor de saneamento básico (...)". Está se criando, na verdade, uma empresa para fazer negócio, adquirindo outras empresas, seja aqui no estado de São Paulo, seja fora do Estado. A prioridade dela não é o saneamento. Se fosse, não precisaria estar criando; bastaria o próprio Governo reinvestir aquilo que auferiu de lucro. (Palmas.)

Mas o desejo, infelizmente, não é mudar a realidade do estado de São Paulo. Falaram, aqui, que há esgoto a céu aberto, que há crianças ficando doentes por conta disso. Basta vermos o Tietê ou a Billings, quando faltou água e não se podia usar, porque não havia esgoto tratado. O que falta é vontade política, é disposição. E, no caso específico desse projeto, falta diálogo, falta maior transparência. Se o Governo tem um compromisso com o saneamento, que deixe isso no texto da lei.

E há outra emenda... Nossa posição é contrária ao projeto, e vamos utilizar todos os meios possíveis para obstruir, postergar e derrubar. Mas temos aqui outra questão: por que não criar um conselho gestor de recursos hídricos, com a participação da

sociedade civil, de trabalhadores, de representantes e de técnicos com experiência na área, com conhecimento e com a participação de Governo? O saneamento e a Sabesp não são um patrimônio do Governo do Estado, mas do nosso povo. E é importante que o povo também participe de suas deliberações, de seus interesses e da sua política de saneamento público.

Então, presidente, é possível avançarmos.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Como temos perguntas dirigidas apenas ao presidente da Sabesp, passarei a palavra a ele para suas considerações e colocações.

Antes, porém, tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO TATTO - PT - Sr. Presidente, como título de esclarecimento para quem está nos assistindo ou para quem está aqui presente, acompanhando essa audiência pública, e não tem familiaridade com o Regimento, gostaria de dizer que esse PL 659 veio à Assembleia Legislativa em Regime de Urgência.

Seria bom que V. Exa. pudesse explicar o porquê desse Regime de Urgência. Regime de Urgência significa que após 45 dias na Casa, o projeto entra na Ordem do Dia, independentemente de discussão ou de audiência pública.

Muitos deputados daqui usaram a tribuna e pediram por mais espaço, para discutirmos, fazer mais audiências públicas, ouvirmos prefeitos de onde há gestão da Sabesp, por exemplo. Ouvir técnicos, como foi pedido, para sabermos o que é possível fazer. O que significa isso chegar aqui em Regime de Urgência.

Eu fiquei em dúvida, porque em uma audiência pública com intervenções riquíssimas como a de hoje, com a participação dos técnicos, do pessoal da Sabesp e dos deputados, eu não ouvi nenhuma intervenção, com exceção do deputado Feliciano Filho, de deputados da base do governo. Não ouvi nenhuma intervenção de algum deputado do partido do governo, o PSDB. Em meio a tantas colocações, não ouvi o líder do Governo, deputado Barros Munhoz, que não fez uso da palavra para tentar esclarecer algumas dúvidas que foram levantadas aqui.

Fico muito preocupado que um projeto dessa envergadura, dessa importância para o povo do estado de São Paulo, chegue aqui em regime de urgência e seja colocado em pauta para ser discutido e aprovado dessa forma.

A dúvida é: será que a base do governo tem informações que nós não temos? Seria bom que eles socializassem as informações para todos nós.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Como o projeto veio com pedido de urgência, ele não pode ser retirado aqui, é necessário que o governador o retire.

Então, meu pedido é que o líder do Governo e o presidente da Assembleia trabalhem - para que ele seja melhor debatido e discutido, inclusive em função da fala do deputado Feliciano - para que o governo retire o projeto, já que o pedido de urgência não pode ser retirado.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Com a palavra o presidente da Sabesp, Jerson Kelman.

O SR. JERSON KELMAN - Vou tentar sintetizar as muitas intervenções. Muitos oradores fizeram referência ao fato de não termos um serviço universalizado. Como isso se traduz? Em, nas periferias, água sendo mal distribuída, esgoto não sendo coletado, crianças pisando nos esgotos e esgotos não sendo tratados. Tudo isso é verdade.

É verdade e é por isso que estamos discutindo o assunto aqui. A Sabesp ainda não universalizou os serviços. É isso que estamos discutindo. No mundo inteiro - Estados Unidos, Europa - o processo de saneamento demorou décadas. Já estamos, por exemplo, com o projeto do Tietê há 20 anos e vamos demorar muito mais ainda. É um processo demorado.

Quem acha que dá para fazer uma mágica, estalar o dedo e resolver, não sabe do assunto. O saneamento demora décadas para ser resolvido. O que nós estamos discutindo é com que velocidade. Então, eu estou reconhecendo que tem um problema e esse problema aflige os senhores que fizeram as intervenções e aflige os dirigentes da Sabesp - aflige a mim. Eu tenho grande angústia de que uma criança pise no esgoto e fique doente. Isso nós temos em comum, todos nós - ninguém falou o contrário.

A dúvida é o seguinte: como vamos resolver? Na meta, onde vamos chegar, estamos todos de acordo. A diferença que temos é quanto ao caminho. Para chegar ao ponto A e ao ponto B, tem vários caminhos. Nós estamos divergindo em qual é o caminho. De forma esquemática, quero dizer que há três caminhos.

Um foi defendido por muitos, mas eu vou citar o presidente do Sindicato dos Urbanitários de Santos, que foi o primeiro a falar. Ele disse que saneamento é um dever do estado. Como vamos tirar o esgoto da onde as crianças estão pisando? Colocando tubulação, fazendo investimento, tirando habitações que estão no fundo do vale. Isso significa dinheiro, investimento e capacidade técnica.

Da onde vamos tirar isso? A primeira ideia é essa, é óbvio: saneamento é um dever do estado e o investimento tem que ser feito pelo estado. Isso significa o que, concretamente? Significa que os impostos pagos por nós todos, contribuintes, devem ser direcionados para o estado. O estado não fabrica dinheiro; ele recebe dinheiro dos impostos para fazer um monte de coisa: saúde, educação, segurança.

Nós, como sociedade, podemos dizer: eu quero que o estado dirija mais recursos para o saneamento. Na prática, isso significa duas coisas: ou o estado diminuiu o investimento em outras áreas ou ele aumenta os impostos. Isso é um caminho. Eu, pessoalmente, não acho um bom caminho.

Os 27 estados do País que escolheram esse caminho têm resultados no saneamento, que dependem exclusivamente de investimentos públicos dos contribuintes - e não dos consumidores -, muito piores que os da Sabesp. Quando eu digo que a Sabesp é vitoriosa, ela não é vitoriosa em termos absolutos. Eu não estou dizendo que ela já resolveu todo o problema de São Paulo. Absolutamente. Se fosse isso, nós não estaríamos discutindo nada. Se ela já tivesse resolvido o problema de São Paulo, não haveria o que discutir. O problema é que ela não resolveu.

E, aí, nós temos que decidir como ela vai resolver. Um caminho é isso: primeiro, o estado resolve tudo. No campo oposto, muitos oradores fizeram referência à privatização. Você faz o seguinte: entrega para a iniciativa privada o serviço porque o capitalista terá dinheiro para fazer o investimento. Isso é verdade. E tem uma série de mazelas que foram, aqui, apontadas.

Quando você privatiza, eventualmente, pode acontecer de que o capital só queira fazer aquilo que é o filé mignon e abandone o osso. Pode acontecer. Em muitos lugares do mundo aconteceu isso. E o que significa isso, na prática? Significa dizer o seguinte: aquela comunidade é muito pobre e eu não vou atendê-la. A cidade é pequena, o resultado não é positivo, tem muito investimento a ser feito e eu não vou aceitar essa cidade.

Esses são os riscos da privatização. Eu não estou dizendo que todo o processo de privatização é assim, mas são os riscos da privatização. É por isso que o Governo do Estado não aceitou esse caminho da privatização.

O projeto não é de privatização. É inútil ficar discutindo contra a privatização porque não é um projeto de privatização. Se fosse, eu diria. O deputado Teonilio Barba, fez uma sugestão que me parece boa. Ele disse: "se não é de privatização, escreva isso". Eu não estou defendendo um projeto de privatização, não é.

Se quiserem ficar discutindo coisa que não é, é uma discussão infrutífera. Nós temos que discutir o que é. E, aí, tem razão o deputado Feliciano Filho quando diz que nós precisamos explicar melhor. Eu preparei 41 slides para essa audiência pública. Eu deixo à disposição de todos os parlamentares, de quem quiser, os 41 slides. Mais do que isso, eu fico à disposição para conversar, para explicar. Eu acho que sim, que deve se explicar mais.

Agora, o propósito do projeto é exatamente resolver o problema que foi aqui denunciado. Como nós atendemos a população? Na minha visão, não é razoável imaginar que uma autoridade pública - honestamente, eu fico até chocado -, que algum parlamentar diga que perseguir a responsabilidade fiscal, cumprir metas fiscais, seja algo ruim.

Quer dizer, o país está desarrumado porque não cumpriu metas fiscais. Não estou falando que partido, que governante. É qualquer um. Nós, chefes de família, não podemos gastar mais do que arrecadamos, do nosso salário, isso é óbvio. Ninguém faz isso.

Aqueles que entram no cheque especial, entram em um descaminho, se perdem. O que temos que fazer todos, como sociedade, é exigir que os nossos governantes e os administradores da nossa empresa, a Sabesp, no caso, sejam responsáveis. Só deem um passo do tamanho das pernas.

Vou concluir repetindo o seguinte. O modelo adotado pela Sabesp não completou a sua missão, mas é o mais bem sucedido do país. Tenho muito orgulho de dirigir uma equipe de altíssimo padrão.

Quero dizer também que a ideia de demonizar o lucro é um equívoco conceitual. Todos os jornais colocaram que a Sabesp teve, no ano passado, um lucro de três bilhões, mas nenhum colocou que a Sabesp fez um investimento de quatro bilhões.

Lucro de três e investimento de quatro. Por quê? Porque pegou dívidas. Quero também corrigir a informação de que a Sabesp não tem distribuído dividendos acima do que é o mínimo legal. Isso só aconteceu em um ano.

Todos os anos, o governador Geraldo Alckmin, como controlador da Sabesp, decide - corretamente, a meu ver - que todo o lucro que puder ser retido para investimento deve ser retido.

É razoável. Se os parlamentares estão aperfeiçoando a lei, que ponham isso na lei. Quer dizer, eu estou aqui envolvido neste projeto com a intenção de que a população de São Paulo melhore as suas condições de saneamento, melhore as suas condições de saúde. Esse é o meu único interesse.

Se for necessário colocar no projeto de lei que, enquanto não tiver atingido a universalização, todo o lucro deve ser reinvestido, façam isso. Vossas Excelências são parlamentares. Façam o que for necessário.

Eu termino me colocando à disposição e desejando que esse debate traga luz, traga esclarecimentos, e que nós consigamos ver o que é melhor para a população.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Eu quero congratular o presidente da Sabesp. O Feliciano disse que gostaria de entender toda essa visão, o que o presidente da Sabesp está fazendo para nós aqui.

Mas esse projeto veio com uma aceleração que me dá desconfiança. Eu falei isso quando estava na tribuna. Eu quero entender. Quero estar convencido de que esse projeto é bom para o povo do estado de São Paulo.

Eu quero defender esse projeto lá no Jardim Colonial, mas me convença. O senhor disse que há slides. Nós vamos ter tempo para ver isso? Porque o Governo traz para cá a toque de caixa.

Encerro dizendo que quero ver os slides e quero ouvir as explicações sobre os slides, e não só eu, mas quero estar com quem eu conversei da nossa bancada. Eu quero estar junto nessa conversa.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Muito rapidamente, Sr. Presidente, eu quero parabenizá-lo pela realização desta audiência pública, parabenizar todos que participaram dela, e dizer que ela cumpriu a sua finalidade.

Não há pressa que atrapalhe a correta discussão desse projeto. Todos nós temos consciência da sua magnitude. Tanto assim que nós convocamos, junto com esta audiência pública, com autorização de V. Exa., uma reunião técnica amanhã, para complementar o que faltasse esclarecer.

Será uma boa oportunidade para passar todos os slides e tudo mais. A modelagem que foi feita. Tudo. Não há, absolutamente, intenção alguma de esconder nada. Nada, nada. Muito pelo contrário: só depois - e é importante esclarecer isso - eu fui cobrado para antecipar a oportunidade de apresentação de emendas. Houve quem desejasse que eu solicitasse a V. Exa., presidente, que hoje mesmo se recolocasse o projeto em pauta para receber emenda de plenário, e isso não vai acontecer.

Nós vamos dar a oportunidade de todos, suficientemente atendidos, apresentarem emendas de plenário. Depois, será feito outro Congresso de Comissões. Portanto, teremos todo o tempo para discutir à saciedade e nos esclarecermos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Já que o Barros tem amanhã a reunião técnica, que nós suspendamos o Congresso de hoje - já que amanhã haverá essa reunião de manhã.

Além disso, o presidente da Sabesp, na sua resposta, disse, sobre a questão da privatização, que não é esse o motivo e que cabe aos deputados decidirem também sobre a meta.

Então, eu digo: se tem autorização do governo e esta Casa faz o que o governo quer, acho que está livre para os deputados votarem favoravelmente às emendas, que, de certa maneira, dão garantias maiores ao povo de São Paulo em relação a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Cumprido o objeto desta audiência pública, agradeço a presença de todos. Agradeço às autoridades que compõem a Mesa.

Está encerrada a audiência pública.

* * *

- Encerra-se a audiência pública às 17 horas e 21minutos.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA
Serviço de Registro e Revisão Taquigráfica

* * *